

Itatiaiuçu



PRODUTO 1

DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU

DEZEMBRO/2017



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITATIAIUÇU

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PRODUTO 1

DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU

DEZEMBRO/2017

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)

Carlos Moura Murta

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | ARMBH - Diretora-Geral

Flávia Mourão Parreira do Amaral

EQUIPE TÉCNICA | ARMBH

Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana

Mateus Almeida Nunes

Comissão Executiva

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha

Diretoria de Regulação Metropolitana

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabrcio Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olmpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

Assessoria de Comunicao

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

EQUIPE TÉCNICA | UFMG

Coordenação Geral

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Coordenação Técnica

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

Rogério Palhares Zschaber de Araújo, Professor, EA/UFMG

Gerência Operacional

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffenegger, Cedeplar/FACE/UFMG

Gerência Técnica

João Bosco Moura Tonucci Filho, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Coordenação de Mobilização Social

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG

Coordenação Interna

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, IFMG - Campus Santa Luzia

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Equipe Técnica

Ana Mourão Oliveira, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hidelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Paulo Henrique da Costa, Assistente de Pesquisa, UFMG

Patrícia Cristina Coutinho Nardini, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG

Estagiários

Alice Rennó Werner Soares, EA/UFMG

Alisson Henrique Couto, FACE/UFMG

Ana Carolina Machado Amoni Girundi, EA/UFMG

Ana Carolina Resende Mascarenhas, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Ana Cecília Souza, Design/UFMG

Ana Flávia de Oliveira Porto Maia, GP/UFMG

Brendow de Souza Caldas Butinhol, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Cintya Guedes Ornelas, EA/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, FAFICH/UFMG

Paulo Henrique Goes Pinto, IGC/UFMG

Pedro Henrique Heliodoro Nascimento, EA/UFMG

Pedro França Magalhães, FACE/UFMG

Pollyana Duarte de Oliveira Silva, IGC/UFMG

Taís Freire de Andrade Clark, EA/UFMG

Thaís Pires Rubioli, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, EA/UFMG

Vivian Borges de Camargos, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE ITATIAIUÇU

Mariana Midori Miyamoto Martins, Representante do Poder Executivo

Gisele Marinho Martins, Representante do Poder Executivo

Henrique de Aguiar , Representante do Poder Executivo

Magnus Guimarães , Representante do Poder Executivo

Rosiane Aparecida da Cunha, Representante do Poder Legislativo

Adriana Maria Camargos, Representante do Poder Legislativo

José Luiz Gomes Sampaio, Representante da Sociedade Civil

Douglas Teles Diniz, Representante da Sociedade Civil

Thuanne Isabelle Oliveira Fonseca, Representante da Sociedade Civil

Irlan Marcos Ferreira, Representante da Sociedade Civil

Dreyfus Gonçalves, Representante da Sociedade Civil

Lucas Henrique Rosa Silva, Representante da Sociedade Civil

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APE – Área de Proteção Especial

APP – Áreas de Preservação Permanente

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEDEPLAR– Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

COPASA - Companhia De Saneamento De Minas Gerais

DI – Distrito Industrial

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

EE/UFMG – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

EUA – Estados Unidos da América

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

FAFICH/UFMG - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

GA – Grupo de Acompanhamento

GP/UFMG – Gestão Pública / Universidade Federal de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

IGC/UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

IPEAD – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

LUME – Lugares de Urbanidade Metropolitana

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MZ – Macrozoneamento

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

NPGAU/UFMG – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

PD – Plano Diretor

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

PIB – Produto Interno Bruto

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SECIR - Secretaria de Cidades e de Integração Regional

SRTM - Missão Topográfica Radar Shuttle

TVA – Trama Verde Azul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

ZAC-1 – Zona de Atividades Complementares 1

ZAC-2A – Zona de Atividades Complementares 2A

ZAC-2 – Zona de Atividades Complementares 2

ZAC-3 – Zona de Atividades Complementares 3

ZDA – Zona de Diversificação e Adensamento

ZDE-AGR: Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia

ZDE-AMB: Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais

ZDE-GE: Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos

ZDE-MIN: Zona de Diretrizes Especiais – Mineração

ZDE-PAC: Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural

ZDE-REQ: Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação

ZDE-ROD: Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias

ZDE-ZIL: Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística

ZDEI – Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZEIS-1 – Zonas Especiais de Interesse Social 1

ZEIS-2 – Zonas Especiais de Interesse Social 2

ZIM – Zonas de Interesse Metropolitano

ZP-1 – Zona de Proteção 1

ZP-2 – Zona de Proteção 2

ZP-3 – Zona de Proteção 3

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abertura da Oficina – Fala de membros do GA	23
Figura 2 - Apresentação geral pela equipe da UFMG	25
Figura 3 - Momento de debate no Grupo 01	28
Figura 4 - Figura 3 - Momento de debate no Grupo 02	31
Figura 5 - Mapa de Declividade de Itatiaiuçu	58
Figura 6 - Mapa de Fragilidade Geológica de Itatiaiuçu	59
Figura 7 - Mapa de Interesse Ambiental de Itatiaiuçu	60
Figura 8 –Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em Itatiaiuçu.....	61
Figura 9 - Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Itatiaiuçu.....	63
Figura 10 - Detalhe da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano.....	64
Figura 11 - Vista Aérea da Proposta Preliminar de Revisão Perímetro Urbano....	65
Figura 12 - Proposta Preliminar de Hierarquização Viária – Itatiaiuçu.....	68
Figura 13 - Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana.....	69
Figura 14 – Propostas Preliminares da Trama Verde Azul – Itatiaiuçu	72
Figura 15 - Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal	76
Figura 16 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal	77
Figura 17 – Comparação com Macrozoneamento Metropolitano	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro de participação quantitativa.....	39
Tabela 2 - categorias de vias para o território municipal.....	66
Tabela 3 - Elementos que compõem a Trama Verde-Azul.....	71
Tabela 4 - Categorias de zoneamento	74
Tabela 5 - Categorias de sobrezoneamento	75

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
PARTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS.....	19
1 INTRODUÇÃO	19
2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS.....	22
2.1 Apresentação Inicial.....	22
2.2 Registro das discussões do Grupo 01	25
2.3 Registro das contribuições do Grupo 02.....	29
3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	35
3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização.....	35
3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares	36
3.3 Dinâmica e Programação da Oficina	38
3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa	39
4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO.....	41
4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento.....	42
4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados.....	44
4.3 Principais atores sociais convocados	44
4.4 Funcionamento do Espaço Plano Diretor	45
4.5 Avaliação e considerações gerais.....	45
5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS.....	46
5.1 Caracterização Geral do Território Municipal.....	46
5.2 Acessibilidade	47

5.3	Seguridade.....	49
5.4	Sustentabilidade.....	50
5.5	Urbanidade.....	52
PARTE 02 – PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL.....54		
1	DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL	56
2	ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL.....	58
2.1	Mapeamento das restrições à ocupação	58
2.2	Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano.....	61
2.3	Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária	65
2.4	Propostas preliminares da Trama Verde-Azul	69
2.5	Proposta preliminar de zoneamento	72
2.6	Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano	77
ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO		
		80
ANEXO II– LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA.....		
		81
ANEXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO		
		82
ANEXO IV– PROGRAMAÇÃO DA OFICINA		
		85
ANEXO V – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA		
		86
ANEXO VI – LISTA DE PRESENÇA – OFICINA		
		87
ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS.....		
		103
ANEXO VIII – APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES.....		
		104

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato Nº 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato Nº 002/2016, a Contratada, faz conhecer e entregar o **Produto 7 – Diagnóstico Síntese** – referente ao Processo de Revisão do Plano Diretor do Município **RIO MANSO**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2016 e o Termo de Referência – TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O **Produto 7**, de acordo com o TR-DR Nº 002/2016 faz parte da Etapa 2, Diagnóstico propositivo participativo, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato Nº 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 25, itens 2.7 e 2.8, da TR-DR Nº002/2016:

2.7. Preparação e sistematização do material para a segunda oficina local participativa com a apresentação preliminar do diagnóstico-síntese e com definição coletiva de diretrizes para a proposta de reestruturação territorial (sistema viário principal, áreas adensáveis, áreas de proteção, delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais, áreas que serão utilizadas para infraestrutura: sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda, a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social centralidades, áreas para agricultura, etc.);

2.8. Elaboração do relatório final do diagnóstico propositivo que inclui as diretrizes pactuadas da proposta de reestruturação urbana e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação ao Macrozoneamento Metropolitano;

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do **Produto 7** foram detalhados na página 29 da TR-DR N°002/2016, nos seguintes termos:

Critério de aceitação: Relatório contendo a síntese das leituras técnicas e comunitárias, relato das segundas audiências locais participativas, relatórios das diretrizes para as propostas de estrutura urbana pactuadas em audiências locais com base nas leituras técnicas e das leituras comunitárias, e mapeamento básico contemplando: demarcação do novo perímetro urbano; delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; diretrizes específicas **ê** de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana; diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural. O Relatório deverá conter, ainda, análise das adequações e compatibilizações entre as propostas territoriais municipais e as propostas do Macrozoneamento.

Desse modo, com a finalidade de atender os termos do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016, esclarece-se, conforme delineado na Nota Metodológica (Item 2), que a elaboração da estrutura deste Produto orientou-se pelos princípios metodológicos apresentados no Produto 3, sobretudo com foco na coerência entre as leituras comunitárias e técnicas e suas possíveis articulações com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A estrutura deste Produto 7, portanto, relaciona os conteúdos exigidos e pactuados no âmbito do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016 supracitados à potencialidade transdisciplinar dos estudos temáticos, conforme proposto pelo PDDI-RMBH (2011).

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016, entrega-se o Produto 7 do Município de **Rio Manso** com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- PARTE 01 – Leituras técnicas e comunitárias
- PARTE 02 – Diretrizes de estruturação territorial

PARTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos abaixo os registros da *Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares*¹, os elementos para sua execução e a síntese compilada a partir das leituras técnicas e comunitárias, apresentada durante a audiência pública.

O principal objetivo dessa oficina foi apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar e levantar as principais questões de relevância no contexto municipal de forma a criar um Diagnóstico Propositivo Participativo e a partir dele elaborar, em conjunto, diretrizes preliminares que subsidiaram propostas de reestruturação territorial. A metodologia utilizada nessa oficina acompanhou a estrutura e a experiência das oficinas realizadas pela UFMG ao longo da realização do PDDI-RMBH e do MZ-RMBH e do próprio processo de Revisão de Planos Diretores, adaptada à especificidade do município e da participação e envolvimento local.

Além dos momentos formais da audiência pública, explicitados no relatório de mobilização na Parte 01, a dinâmica proposta se dividiu em duas etapas de trabalho: um primeiro momento de apresentação do diagnóstico síntese, realizado em plenária com todos os presentes, seguido de um segundo momento de roda de conversa, dividindo os participantes em dois grupos com focos específicos. As discussões de cada roda de conversa foram balizadas por um conjunto de "questões instigadoras" elaboradas de acordo com o diagnóstico síntese municipal, que se repetiam para os dois grupos, mas eram expostas em ordens invertidas, de acordo com o foco de cada um deles.

¹ Utilizamos, no decorrer do produto, tanto o título completo da oficina, respeitando o Termo de Referência e o Edital de Convocação de Audiência Pública, como também sua versão reduzida: *Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares*, título simplificado adotado pela equipe nos convites informais e na apresentação da oficina.

A ideia de expor as perguntas em ordens opostas era garantir que cada grupo discutisse mais detidamente as questões de relevância para o foco do grupo (visto que as primeiras perguntas são normalmente debatidas com mais tempo e afimco do que as são apresentadas por último) mas que ao mesmo tempo pudessem passar por todas as questões referentes à estruturação territorial local. Listamos abaixo as perguntas elaboradas para o município de Itatiaiuçu, frisando que para o grupo cujo foco era a dinâmica territorial, as perguntas foram apresentadas de 1 a 5, e para o grupo focado na discussão da Trama Verde-Azul as perguntas foram expostas de 5 a 1:

- 1. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento planejado e coibir o crescimento informal? Como podemos melhorar a urbanização do município?*
- 2. Como ampliar a integração do município com a RMBH, com os municípios vizinhos, e entre sede, distritos e zona rural?*
- 3. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local para além da mineração? É possível pensar em áreas do município voltadas para o desenvolvimento econômico?*
- 4. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural do município? Como fortalecer a produção local associada à natureza, turismo, patrimônio e cultura?*
- 5. Que políticas de preservação ambiental e de proteção da água são importantes para o município? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?*

Como de costume, cada roda de conversa contou com a moderação de no mínimo três membros da equipe técnica: um coordenador, que conduzia as discussões; um auxiliar, que dessa vez centralizou o trabalho de intervenções no mapa; e um relator, que registrava textualmente o conteúdo e autoria das falas dos participantes. Cada um dos grupos foi provido com um conjunto de mapas

que incluíam mapas de trabalho e mapas de informações auxiliares. Esses mapas foram preliminarmente preparados pela equipe de Geoprocessamento da UFMG e impressos exclusivamente para fins de utilização nesta Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares.

Como havia nessa etapa de trabalho uma preocupação específica com a criação de diretrizes, que não se detinham apenas na territorialidades, um foco maior foi dado aos momentos de reflexão e síntese de forma a gerar pelo menos uma diretriz a partir de cada questão instigadora. O resultado desta oficina será apresentado na Parte 02 deste produto, juntamente com a proposta preliminar de estruturação territorial de Itatiaiuçu.

2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS

Segue abaixo um relato da Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes Propostas Preliminares, dividido nos registros da apresentação inicial, realizada em plenária, e dos grupos de trabalho que se seguiram.

2.1 Apresentação Inicial

Cascão coloca as principais entidades envolvidas no processo de revisão e, em seguida acontece o momento de fala do grupo de acompanhamento.

Mariana, secretária de planejamento de Itatiaiuçu apresenta o GA e a importância de participar do processo e Heberte destaca importância da participação e presença dos alunos da escola.

Em seguida, Fabiana da AMRMBH: Fala do momento em que se encontra o processo.

E então Bruno faz a apresentação dos slides.

Cascão faz uma pausa e pergunta se as pessoas sonham, e quais seriam esses sonhos, e as respostas foram as seguintes:

- viver numa sociedade livre
- ter uma Itatiaiuçu mais igualitária, para todos
- mais oportunidade de emprego, mais saúde, transporte

Figura 1 - Abertura da Oficina – Fala de membros do GA



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Em seguida foram feitos comentários acerca dos temas da apresentação que estava sendo feita pelo Bruno:

Seguridade e sustentabilidade

Acerca da Seguridade e Sustentabilidade, a Professora Tânia coloca a questão da mineração de Itatiaiuçu, que é muito vinculada à Itaúna. Tem-se a riqueza da mineração do município, mas na verdade quem usufrui disso é Itaúna, através dos cargos, empregos e escritórios. E assim, cidadãos de Itatiaiuçu ocupam os cargos mais baixos no sistema da mineração. Ela ainda coloca a questão que Itatiaiuçu é hoje um aglomerado de terra vermelha cercada de matas verdes, mas como será daqui 10 anos? Quanto a cidade está realmente usufruindo?

Em seguida, Simone reforça a fala de que a riqueza é do município de Itatiaiuçu, mas não está sendo usufruída. E que o prefeito da cidade têm de cobrar as posições das mineradoras. E a população está calada.

Poucas unidades de conservação

Neste momento, um cidadão coloca sobre a necessidade de existir uma secretaria de meio ambiente com pessoas qualificadas. As pessoas que ocupam hoje esses cargos não são capacitadas.

Abastecimento de água onde diminuiu a produção agrícola

A questão levantada nesse tópico se trata de que antes o abastecimento de água era feito para prefeitura, mas passou para a COPASA e esta deveria fazer este fim de abastecimento, mas não está cumprindo o contrato.

Adriana, vereadora coloca que o desemprego e água são os temas mais abordados na câmara pela população. E que apenas duas vezes (em 5 anos) que se conseguiu ter contato com a COPASA, empresa contratada desde 1997. Busca-se contato com a empresa, sem sucesso. Na sua opinião, o contrato deveria ser cortado. Foi feita a cobrança com relação à água, da necessidade de haver uma barragem em Itatiaiuçu para existir uma reserva de água. Ainda, essa situação da falta de água inibe empresas grandes de investirem na cidade.

Em seguida é levantada uma questão, se o prefeito foi convidado à participação da oficina. Porque todos presentes têm preocupação com o município, mas as secretarias não estão presentes. Até quando a cidade estará submetida somente ao minério? Necessidade de cobrar mais a participação do prefeito.

Mariana, vereadora então coloca que ela, engenheira civil, e mais outras pessoas presentes estão representando o poder executivo da cidade.

Então é o momento de deixar o Bruno acabar a apresentação, para dar tempo de seguir a reunião.

Figura 2 - Apresentação geral pela equipe da UFMG



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.2 Registro das discussões do Grupo 01

Maior parte dos integrantes desse grupo é composta pelos dos alunos da Escola Estadual.

Geraldo explica e apresenta a dinâmica para o grupo. Em seguida, Thaís explica os três mapas expostos:

1. Cobertura da terra. Ocupação, pastagem, vegetação, mineração
2. Fragilidade e unidades de conservação
3. Tipologias de uso e ocupação do solo

Além de ressaltar a questão dos loteamentos irregulares, fora do perímetro urbano.

Em seguida, uma aluna pergunta o que é PIB e Heloísa explica (questão da linguagem acessível aos alunos, demanda de maior esforço).

Assim, a primeira questão é colocada:

Medidas de produção ambiental / o que pode ser criado para proteger

Uma aluna, Franciele, da Escola Estadual coloca um local indo para Santa Terezinha, onde ela sempre frequenta, sua mãe pesca e sempre vai lá. Existem muitas cachoeiras e nascentes, além de ser um lugar muito bonito, as pessoas estão conhecendo agora e indo muito; Mas, existem também pessoas que estão indo nesse local para prática de crimes, já foram achados animais mortos. O local se encontra em uma estrada que se acessa em uma entrada no Santa Terezinha, no caminho da BR-381, “Rancharia”.

Em seguida, uma outra aluna sugere proteger a área de Ponta da Serra, onde tem muitas cachoeiras.

No próximo momento, Thaís explica os conceitos da trama verde e azul.

E assim, uma moradora coloca a necessidade de a equipe técnica ir aos locais de preservação.

Então, Dimas coloca um outro local para ser preservado, localizado no caminho para Viamão. Neste local, seria interessante a criação de um parque municipal, para preservar e atrair o turismo. Ele poderia acontecer depois da região de Pio XII, sul da serra de Itatiaiuçu.

Adriana, vereadora também coloca a existência de uma trilha indo para Pedra Grande. E que também existem caminhos para passagem de gado que podem ser aproveitadas para serem trilhas.

Novamente a aluna Franciele coloca a importância da criação de áreas de preservação mas é necessário principalmente uma política de fiscalização e policiamento.

Ela e outros alunos colocam que os rios e cachoeiras estão sendo poluídos pelas pessoas e por não haver estações de tratamento de esgotos.

Adriana então coloca que o projeto de estação de tratamento existe mas não foi feito.

Então, Gisele do GA comenta sobre a ETE (estação de tratamento de esgoto), a prefeitura já fez todos os projetos, mas se trata de um projeto muito caro. E o município não possui recursos. Já foi feita uma procura por fundações que poderiam financiar esses projetos, mas devido a atual situação de recessão, existem limitações financeiras. A COPASA cobra dos moradores sem ter realizado as obras. O executivo não quer passar esses projetos para a empresa, para não ficarem “na mão”, e com isso, conseguirem se organizar.

Em seguida uma outra aluna questiona o que acontecem com as muitas áreas reservadas e de preservação que estão sob concessão da COPASA se o contrato com a empresa for quebrado. Essas áreas são de quem?

Então, Gisele responde que as áreas necessitam ser protegidas por lei, a empresa possui o cargo de cuidar das águas. Se o contrato se extingue, as áreas continuam sendo protegidas pela prefeitura ou por outra empresa que assumir essa questão. A área não é da COPASA, mas eles possuem a propriedade.

Em seguida é levantada uma demanda dos próprios alunos de entender mais sobre as questões que envolvem o processo de revisão do Plano Diretor.

Um aluno coloca em seguida a necessidade de se expandir a área agrícola do município.

E então Franciele coloca que é necessário o incentivo a venda dos produtos rurais dentro do município.

E então é colocada a questão que não existe feiras de produtores na cidade, apenas a feira no Santa Terezinha aos domingos.

E por fim, Irene coloca que hoje nos espaços públicos não é permitido feirantes. E que uma diretriz seria poder existir comércio nas ruas, por meio da prática da economia Solidária.

Figura 3 - Momento de debate no Grupo 01



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Em seguida chega o recado de que os alunos (maior parte do grupo 1) necessitariam ir embora pois era a hora do transporte público. Assim, os demais integrantes do grupo 1 se dirigiram ao grupo 2.

Resumo das diretrizes levantadas:

- Preservação do Rancharia, perto do Sta. Terezinha
- Proteger a área de Ponta da Serra
- Preservar áreas indo para Viamão.

- Seria bom a criação de um parque municipal, para preservar e atrair turismo. Ele poderia acontecer depois de pio XII, sul da serra de Itatiaiuçu.
- Preservar trilhas para Pedra Grande
- Criar uma área de preservação, mas principalmente uma política de fiscalização e policiamento
- Aproveitar os caminhos que hoje são utilizados para passagem de gado para como trilhas.
- Expandir a área agrícola
- Permitir a prática do comércio nas ruas. Economia Solidária.

2.3 Registro das contribuições do Grupo 02

Bruno explicou a dinâmica.

1 – É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento planejado e coibir o crescimento informal? Como podemos melhorar a urbanização do município?

Pastor Sidney: acha que tem que cuidar de quem está dentro do município, não dá para chegar mais gente.

Tânia (prof.): acha que tem que evitar o crescimento desordenado. Mas Itatiaiuçu tem muito espaço para crescimento.

Bruno: questiona o que seria o crescimento ordenado.

Tânia: preservação da natureza, meio ambiente, incentivo ao turismo [sustentável]. Rio Doce, Kennedy, Pedra Grande (Pico perto de Igarapé)

Mariana (GA): Não adianta crescer fazendo loteamento irregular. Tem espaço para crescer, mas sem favelas e pessoas na rua pedindo. Crescer é bom, mas

com cuidado. Hebert sugeriu melhorias em Pedra Grande, já que é tombado, poderia fazer um parque ecológico.

Simônia (soc. civil): O planejamento deve começar do zero, tipo JK. Assim o crescimento não ocorreria de forma desorganizada. Itatiaiuçu está na época do coronelismo, ele que manda. Sugestão de crescimento turísticos: Cachoeira das Piabas (trilha por Itaúna) chega em Chaves.

Bruno destaca que estamos falando de duas coisas, espaços mal utilizados na cidade e trilhas turísticas.

2 – Como ampliar a integração do município com a RMBH, com os municípios vizinhos, e entre sede, distritos e zona rural?

Dedé: destacou a dificuldade de transporte com municípios próximos. Perguntou como melhorar isso.

Simônia: horário de ônibus para o shopping de Betim não atende quem trabalha no comércio.

Pastor Sidney: entre Itatiaiuçu e a Serra de Minério é uma ilusão. Uma hora o minério acaba, teme acontecer o que aconteceu em Itaúna, só ter emprego na serra de minério ou então em subempregos gerados pelos sitiantes. Em Itatiaiuçu impedem empresas de entrar para não perder mão de obra da mineração. Disputa de mão de obra. Crítica: o prefeito, autoridade máxima da cidade não está presente nessa audiência.

Luciene: produtos orgânicos trariam renda para a cidade, mas prefeitura corta, não deixa a cidade crescer. Traria movimento para a cidade. A reciclagem também proporciona emprego e vira artesanato.

Tânia: grande problema da cidade filosofia do coronelismo. A feira não acontece porque os comerciantes são contra. Eles mandam e sempre mandaram na cidade.

Bruno: destaca a possibilidade da feira trazer renda e movimento para a cidade.

3 – Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local para além da mineração? É possível pensar em áreas do município voltadas para o desenvolvimento econômico?

Luciene: aqui tem muito sitiante, a renda quando vem traz mais sitiantes.

Ari (morador centro): montar associações na cidade, tem muito desempregado que poderia se juntar, é difícil desenvolver o próprio negócio. Ex.: mãe costureira.

Luiz Fernando (S. Francisco) Distrito Industrial é de fachada, nunca funcionou.

Síntese do Bruno: PD fala muito em cooperativismo, destacar a parte industrial.

Figura 4 - Figura 3 - Momento de debate no Grupo 02



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Ari: destaca que na cooperativa o lucro é igual.

Luciene: Valorizar mais os artesãos.

Hebert: pela extensão territorial da cidade o crescimento é inevitável, mas temos que preparar para o crescimento. O DI foi feito a doação dos terrenos, mas as empresas não investiram por causa de infraestrutura (água). Para gerar emprego e diversificar a economia a cidade tem que ter infraestrutura. Hoje não tem água para a população, como pensar em indústria. A mesma situação na questão elétrica. Tem que pensar no crescimento a longo prazo, em empresas que geram mais emprego e diversifiquem a economia.

Bruno: problema de ociosidade do DI. Como resolver o problema do Industrial? Ou transforma-lo em outra coisa para maior proveito da cidade.

Nesse momento teve uma interrupção por causa do horário (21h11) o pessoal da escola teve que ir embora.

Eduardo: destaca que na apresentação de hoje uma das questões levantadas foi a questão rural e a questão do turismo, mas sem necessariamente gerar um crescimento negativo. Utilizar o termo desenvolvimento como pano de fundo para pensar em um crescimento.

Edmir: uma forma de crescimento é priorizar os empresários locais, licitações até 40 mil. Mas empresários tem que estar capacitados para participar das licitações. Sugeriu parceria com o Sebrae para realizar as capacitações. As pessoas não saber por onde começar. No norte de minas existe uma cidade que fez isso e cresceu economicamente. Tem muitos micro-empresendedores. Pinheiros, Sta. Terezinha, Parque do Lago vai inevitavelmente crescer. Morro do Pião, Medeiros, S. João tá virando chacreamento, isso que não pode acontecer. Artesanato, cultura, entretenimento, gera afazeres para jovens e empregos.

Simônia: aqui não tem feiras aos fins de semana. Aqui tem muito desempregado. Não tem cultura, lazer nem entretenimento. Tem muita bandidagem (pinga, cerveja e drogas), mas não liberam para fazer feira na praça.

Kátia: juntar turismo e artesanato (Sebrae tá fazendo um curso de capacitação de artesão, mas só 9 pessoas participam, há falta de interesse). Artesanato atrai turistas. Já existe uma associação.

Adriana: sobre a feira parece que o prefeito autorizou por iniciativa de um vereador. Foi feita uma lista e 86 pessoas manifestaram interesse em realizar a feira. Marisa, secretária de cultura e esporte disse que o prefeito autorizou a utilizar a praça. Ia ser interessante juntar com a agricultura também. Essa iniciativa está sendo encaminhada, o projeto está em andamento.

Pastor Sidney: já existiu iniciativa de fazer uma cooperativa de reciclagem mas foi embargado. Sítio não gera emprego, turismo sim. A prefeitura não permite investimento em turismo, para atrair mais gente, é complicado.

4 – Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para desenvolvimento do espaço rural do município? Como fortalecer a produção local associada a natureza, turismo, patrimônio e cultura?

5 – Que políticas de preservação ambiental e de proteção da água são importantes para o município? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?

Henrique (defesa civil): esclarecimento sobre as barragens. Plano de Ação de Emergência de Barragens. Interagindo com as três principais mineradoras e foi bem esclarecida a questão da estabilidade das barragens. Se tiver rompimento já existe todo um estudo feito, laudos semestrais, elas estão totalmente seguras. A barragem central (é a mais antiga) está seca e vai ser relavrada, é a mais perigosa em questão de altura, mas está desativada. A barragem de Samambaia é a mais utilizada agora. Vai fazer uma simulação para trazer mais segurança e cumprir a legislação, existe sirene e rota de fuga. Lá 90% da água é reaproveitada. A barragem está aberta a visitação, é só marcar.

Gisele: foi distribuído por todo o município, para as crianças e agentes de saúde panfletos sobre a reunião de hoje.

Luciene: falou que o bairro dela é difícil acesso a noite, as pessoas não conseguem participar da audiência.

Bruno agradeceu a presença de todos. Cascão fez o encerramento e falou do GA que se reúne quinzenalmente. Haverá um quarto momento em que a finalização do trabalho vai acontecer e que seja colocado em prática, não vire uma coisa de gaveta.

3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Este relatório sistematiza a terceira fase do processo participativo da Revisão dos Planos Diretores da RMBH. Neste capítulo, descrevemos o processo de mobilização para a Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de Itatiuaçu, realizada no dia 19 de setembro de 2017.

3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização

Este relatório sistematiza a terceira fase do processo participativo da Revisão dos Planos Diretores da RMBH.

A Agência Metropolitana estabeleceu em edital uma agenda comunitária composta de audiências públicas abertas e com ampla convocação da sociedade civil organizada. Em verdade, esse rito foi definido pelo Estatuto da Cidade à luz da Constituição de 88 que vinculou a formulação dos marcos legais a um processo de planejamento participativo e gestão integrada. A distinção atual para a RMBH, é que os municípios da região metropolitana deveriam revisar os seus planos levando em consideração o PDDI e o Estatuto da Metrópole harmonizando a estruturação territorial e fortalecendo a cidadania metropolitana.

Colocada de forma sintética, essa agenda pública previa 4 fases básicas de construção participativa do novo Plano Diretor:

- 1 - Evento de Lançamento público da revisão do PD e eleição do Grupo de Acompanhamento;
- 2 - Oficinas de Diagnóstico do município e levantamento de questões apontadas pela sociedade – Leitura Comunitária;
- 3 - Oficina devolutiva da UFMG da síntese do Diagnóstico (leituras técnica e comunitária) e apontamento de Diretrizes e Propostas preliminares;

4 - Oficina de apresentação da Proposta Preliminar do Plano Diretor Municipal em vistas a formulação do Projeto de Lei.

Essas audiências públicas deveriam ser complementadas e fortalecidas com Consultas a legislação e Estudos técnicos diversos, Difusão ampla de informações, Elaboração de relatórios, Visitas de campo, Reuniões intersetoriais da equipe da UFMG, reuniões dos Grupos de Acompanhamento e eventos internos reunindo esporadicamente UFMG, Agência Metropolitana, Lumes, GAs e atores afins ao processo. Além disso foram efetivados os Espaços Plano Diretor em cada um dos municípios envolvidos na Revisão dos Planos Diretores.

Responsável por garantir que os eventos supracitados ocorram com segurança e qualidade participativa - com estreita relação com a Comunicação e Lumes, a Equipe de Mobilização Social participa na definição de toda agenda interna e externa; colabora na definição dos textos e dos instrumentos de comunicação utilizados (editais, convites, convocatórias...); constrói a rede de contatos locais; articula com prefeitura, câmara e sociedade organizada (telefonema, redes sociais e corpo a corpo...); verifica a logística dos espaços (auditórios, mobiliário, equipamentos...); garante o credenciamento dos participantes; propõe a metodologia dos encontros (programação, dinâmicas, tempos...) e conduz a pauta visando que as audiências tenham produtividade. Em resumo, promove a mobilização social buscando garantir que ocorra um planejamento participativo equilibrando dimensões como o saber acadêmico e o popular advindo do cotidiano vivido.

3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares

Pode-se afirmar que a Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de Itatiaiuçu realizada no dia 12 de setembro de 2017 deu continuidade ao processo participativo iniciado em novembro de 2016. Foi um momento importante no

sentido de ampliar e intensificar o envolvimento da sociedade local na discussão da revisão do plano diretor municipal e sua relação com o plano metropolitano.

Um diferencial que vem qualificando este processo participativo da revisão dos planos diretores municipais em comparação com o processo desenvolvido quando da elaboração do Plano Diretor Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI -2010-2011) e do Projeto do Macrozoneamento da RMBH (2014-2015) que contou com a participação ativa de representantes do poder público local e segmentos da sociedade civil organizada foi a implantação do Espaço Plano Diretor e a formação do Grupo de Acompanhamento. Para além de reuniões e atividades restritas à agenda do projeto de revisão do plano diretor e coordenada pela equipe técnica da UFMG a comunidade local, por meio do LUME - lugar de urbanidade metropolitana - em construção e do GA vem constituindo um reforço importante no processo participativo.

Para se atingir estes objetivos educativos e organizativos tem sido importante a interlocução permanente com o Espaço Plano Diretor, o Grupo de Acompanhamento na perspectiva de fortalecimento do LUME local. Essas instâncias vêm se constituindo em interlocutores prioritários da equipe de mobilização para a qualificação do processo participativo.

De forma complementar e reforçando a mobilização do município a equipe de mobilização contatou as entidades e/ou instituições da sociedade civil relacionadas no banco de dados do projeto do PDDI e Macrozoneamento, em especial, lideranças atuantes na causa metropolitana no referido município.

Para a realização da audiência pública: oficina de diretrizes e propostas preliminares de Itatiaiuçu foram realizados uma média de 12 contatos telefônicos para reforço dos convites para pessoas referências e demandas para viabilizar a logística e organização da oficina.

Entre as principais atividades realizadas pela equipe de mobilização destacam-se:

- agendamento da audiência pública;

- apoio a equipe local no processo de preparação da oficina;
- suporte na preparação do edital de convocação;
- diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- garantia de disponibilidade de data show, computador, som
- oferta de lanche como contrapartida da prefeitura e segundo sua possibilidade orçamentária para a oficina;
- execução do credenciamento: listas de presença e crachás;
- condução geral e suporte na dinâmica dos trabalhos em grupo facilitados pela equipe da UFMG.

Segue em anexo documentação enviada aos municípios pela equipe de mobilização para viabilizar organização e logística da Oficina, a saber: (a) minuta do edital de convocação - Anexo 1; (b) Lista de providências para organização e logística da Oficina - Anexo 2; (c) Material gráfico de apoio à mobilização elaborado pela equipe de comunicação da UFMG: convite e memes.

3.3 Dinâmica e Programação da Oficina

A dinâmica da Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares foi dividida em três momentos, a saber: (a) credenciamento, acolhida institucional, apresentação do Grupo de Acompanhamento e demais participantes e da pauta; (b) resgate histórico do projeto de revisão do plano diretor e retorno sistematizado das discussões da primeira oficina de leitura comunitária e dos estudos técnicos pela UFMG; (c) rodas de conversa: diretrizes e propostas para o plano diretor municipal.

A dinâmica das rodas de conversa é interativa a partir da intervenção em mapas do município instigada por questões elaboradas pela equipe técnica, a saber: o crescimento e a expansão urbana; a trama verde e azul; as potencialidades turísticas, econômicas e culturais e as propostas para o plano de mobilidade municipal.

Coube à equipe de mobilização a execução do credenciamento, a condução geral da oficina e suporte na dinâmica das rodas de conversa facilitadas pela equipe da UFMG. Segue em anexo apresentação da programação da oficina.

3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa

A oficina foi realizada no dia 12 de setembro de 2017 no Centro Pastoral Pedro Paulo Chiaretti das 18:00 até 21:30. Contou com a presença de cento e vinte e cinco (125) pessoas, conforme descrito na avaliação participativa quantitativa e qualitativa abaixo relacionada:

Tabela 1 - Quadro de participação quantitativa

Poder Público Executivo	Poder Público Legislativo	Sociedade Civil	UFMG	ARMBH	Total de Participantes
4	4	104	10	3	125

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Estiveram presentes seis (06) membros do GA sendo três (03) do executivo, dois (02) do legislativo e dois (02) da sociedade civil. Presença significativa de alunos do magistério e do nível médio (três turmas) da Escola Estadual Manuel Dias Correa. O diferencial em relação à primeira oficina foi a presença de representantes da comunidade, entre os quais um pastor evangélico, uma liderança com importante trabalho social voluntário, um membro da comunidade de Santa Terezinha, uma professora aposentada com participação ativa na comunidade e uma representante do Curtume. Participaram quatro vereadores

(dois do GA), sendo que um dentre os quatro é membro da comunidade da pastoral católica local.

Foi questionada a ausência do prefeito e de um maior número de servidores públicos municipal. Novamente foi lamentada a ausência do representante da Emater e dos produtores rurais.

4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

Este relatório traz as informações de registro e relato das atividades empreendidas para mobilização e preparação para a Audiência Pública: oficina de diretrizes e propostas da revisão do Plano Diretor do Município de Itatiaiuçu.

É fundamental destacar que, em tal período, a equipe UFMG dedicou-se a realizar encontros, reuniões e comunicações escritas com o grupo de acompanhamento com os seguintes objetivos:

- Dar sequência às atividades de apoio e orientação das atividades do Grupo de Acompanhamento, conforme definido na metodologia de trabalho;
- Acompanhar e mediar as atividades do Grupo de Acompanhamento no que se refere à mobilização da comunidade para participação na audiência pública de diretrizes e propostas para o Plano Diretor;
- Dar suporte para a realização da audiência pública de diretrizes e propostas para o Plano Diretor.

Considerando tais objetivos, o relatório que se segue está dividido em dois tópicos, ademais desta Introdução, quais sejam:

1. Descrição das atividades realizadas e esforços empreendidos para a mobilização da comunidade para participação na audiência pública;
2. Avaliação sobre a ação do GA, envolvimento dos membros e resultados obtidos.

Ademais, são apresentados em Anexo: algumas imagens documentais como listas de presença e fotos das atividades aqui relatadas além de materiais de divulgação produzidos e/ou utilizados pelo GA.

4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento

Entre a Oficina de Leitura Comunitária de Revisão do Plano Diretor de Itatiaiuçu, realizada no dia 15 de maio de 2017 até a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares ocorrida no dia 12 de setembro de 2017 o Grupo de Acompanhamento de Itatiaiuçu:

- se reuniu em seis ocasiões com a bolsista LUMEs;
- participou de um encontro com as equipes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH);

25.05.2017

06 membros do GA e bolsista LUMEs

Foram realizadas as avaliações do andamento do GA, do processo de mobilização, da audiência pública: oficina de leitura comunitária e dos mapas produzidos na leitura, além da apresentação e complementação da lista de entidades do município para o mapeamento cultural. Como síntese da Reunião a dinâmica da audiência foi bem avaliada, principalmente com a participação da Escola Estadual no evento que trouxe pessoas de diferentes distritos e bairros da cidade. Entretanto, as estratégias de mobilização do GA ainda são consideradas como não consolidadas, cabendo um novo arranjo e maior comprometimento. Os mapas foram revistos e nenhuma grande alteração foi feita.

08.06.2017

05 membros do GA e bolsista LUMEs

Realizada a leitura e alterações no perfil municipal (material de trabalho do produto 04) e enviadas as solicitações de alterações diretamente para a equipe técnica. Foram também disponibilizadas as informações sobre os novos meios de divulgação online (agenda do GA e site do município). Montagem da agenda de

próximas reuniões, e apresentação da criação de um Grupo do Facebook dos GAs e da agenda metropolitana.

22.06.2017

07 membros do GA e bolsista LUMEs

Foi aplicado o questionário com questões para os GAs sobre mobilidade, patrimônio e assuntos afins. Houve o retorno das atividades de fortalecimento do espaço plano: divulgação e chamamento nas escolas para que os cidadãos tirassem suas dúvidas no Espaço Plano Diretor. Também nesta data houve pedido de capacitação para os novos membros do GA, entretanto mais tarde foi acertado que não seria necessária essa ação, visto a disponibilidade para tirar as dúvidas do processo na própria reunião.

03.08.2017

05 membros do GA e bolsista LUMEs

Repases sobre os produtos 04 e 05 e sobre as revisões e aprovações dos mesmos, repases da visita técnica da equipe da UFMG para os demais membros do GA e planejamento da reunião na UFMG do dia 17/08 para discutir as próximas oficinas comunitárias. Discussões sobre possíveis projetos a serem desenvolvidos pela disciplina LUMEs 2017/2 e relatos do funcionamento do GA nas últimas semanas.

24.08.2017

06 membros do GA e bolsista LUMEs

Planejamento e execução das estratégias de mobilização. Divisão dos materiais para serem entregues e dos locais a serem visitados.

31.08.2017

04 membros do GA e bolsista LUMEs

Acompanhamento da mobilização e apresentação do projeto escolhido da disciplina LUMEs que trabalharia todo o semestre com estratégias de instrumentalização para os alunos da Escola Estadual visto sua participação ativa na primeira oficina.

- Reunião com UFMG e ARMBH

A reunião correu juntamente com o GA de Itatiaiuçu e como síntese dos assuntos observados foram retomadas algumas questões sobre a metodologia das oficinas e os membros do GA de Itatiaiuçu contribuíram fortemente para a avaliação da equipe técnica. Além disso, foi um momento de troca de experiências entre os membros do GA de Itatiaiuçu e do GA de Itatiaiuçu, sendo assim uma reunião bastante produtiva.

4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados

O Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor de Itatiaiuçu utilizou as seguintes estratégias para mobilização e convocação da comunidade para a Oficina de Diretrizes e Propostas: divulgação em jornal local, confecção de convite impresso, distribuição de convite nas escolas e por meio das agentes de saúde, convite virtual divulgado via redes sociais. Além disso, foram enviados ofícios para outras secretarias e órgãos da administração municipal e foram afixados convites em edifícios públicos.

4.3 Principais atores sociais convocados

Foram convocados representantes da administração pública municipal, representantes de movimentos sociais; setor empresarial; entidades municipais e metropolitanas e demais cidadãos de Itatiaiuçu.

4.4 Funcionamento do Espaço Plano Diretor

O Espaço Plano Diretor de Itatiaiuçu, localizado na Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo está disponível para visitação no horário de funcionamento da secretaria e teve especial atenção no que concerne à divulgação durante o processo de mobilização.

4.5 Avaliação e considerações gerais

O Grupo de Acompanhamento de Itatiaiuçu apresenta significativo compromisso com as reuniões e as ações que são decididas nas mesmas, entretanto é perceptível uma fragilidade na capacidade de mobilização de diversos setores da sociedade - apresentando apenas a Escola como reduto de participação - além da baixa promoção de discussões mais bem articuladas no tocante das questões sobre a cidade.

Os próximos passos são o fortalecimento das discussões no âmbito do GA, o melhor entendimento da ferramenta de planejamento que está sendo revista e dos seus desdobramentos, e dessa forma, qualificar a mobilização para a próxima oficina e também para os momentos de trocas com a equipe técnica e para além do processo de revisão.

5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

5.1 Caracterização Geral do Território Municipal

Itatiaiuçu possui uma população de 10.882 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2016, sendo que o município é predominantemente urbano (61,2%). Itatiaiuçu vem experimentando contínuo processo de crescimento demográfico acima da média metropolitana. Ainda que o município tenha apresentado melhorias significativas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano, em 2010, ainda havia mais de 31% da população em situação de vulnerabilidade à pobreza, com um rendimento domiciliar per capita médio de R\$175,79, menos da metade da média municipal de R\$490,54.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 referentes à população e à distribuição de renda segundo setores censitários, analisados na Leitura Técnica, apontaram para uma maior concentração da renda na Sede do município de Itatiaiuçu, em comparação com o resto do território. Combinando os dados populacionais e de rendimento, pode-se afirmar que, dentre os locais de maior concentração de renda, destaca-se o Bairro Pio XII. Por sua vez, os bairros São Francisco e Kennedy, na Sede, e o Bairro Pinheiros, às margens da BR 381, se destacaram como localidades que apresentaram maior vulnerabilidade. Por outro lado, dos bairros listados, somente em Pinheiros foi caracterizado como uma área de fragilidade urbanística.

Quanto aos parâmetros de uso e ocupação do solo urbano, estudos do PDDI-RMBH apontaram que o Vetor Sudoeste, no qual o município de Itatiaiuçu se insere, é marcado por uma região de baixo crescimento na RMBH. Isso está associado, provavelmente, ao baixo dinamismo econômico local, comparativamente ao Vetor Oeste, que exerce uma forte atração sobre os municípios do Vetor Sudoeste. De modo geral, o crescimento do mercado imobiliário na região se dá, em especial, sobre a área rural, e, dentre esses, alguns casos são impulsionado pelo mercado informal e de autoconstrução. Foi bastante relatado na Oficina de Leitura Comunitária e na Oficina de Diretrizes e propostas Preliminares uma dinâmica imobiliária informal de subdivisão de

módulos rurais no distrito de Santa Teresinha de Minas e no extremo sul do município. Tal processo tende a reforçar o caráter fragmentado da ocupação urbana em Itatiaiuçu.

Uma avaliação da evolução da mancha urbana a partir de imagens-satélite do software Google Earth permitiu identificar alguns pontos de expansão da ocupação no perímetro urbano do município de Itatiaiuçu. De modo geral, é possível afirmar que as principais transformações da expansão da mancha urbana no município de Itatiaiuçu ocorreram no período recente entre 2009 e 2017, em especial, por famílias de baixa e média renda no distrito de Santa Terezinha de Minas e na localidade de Pinheiros. Contudo, os dados de anuência prévia disponibilizados pela ARMBH e as informações da Oficina de Leitura Comunitária apontaram para um aquecimento da dinâmica imobiliária no bairro Pio XII, na Sede, onde a Leitura Técnica indicou uma concentração da população de maior renda do município. Ademais, uma análise dos dados de vacância elaborados pela Equipe das UFMG no PDDI-RMBH indica que a dinâmica de expansão urbana no município não tem caminhado para um melhor aproveitamento da infraestrutura urbana existente em áreas de chacreamento já parceladas.

5.2 Acessibilidade

A análise empreendida a partir do cruzamento de dados secundários diversos e informações obtidas ao longo do processo de participação social no município de Itatiaiuçu revelou um cenário favorável de acesso à moradia no município. Foram identificados números baixos em relação ao déficit habitacional (apenas 159 unidades, equivalentes a 3,3% do total de domicílios) e à precariedade de domicílios para o município (apenas 3,7% dos domicílios apresentavam inadequações e apenas 2,92% apresentavam serviços básicos inadequados). Nesse sentido destaca-se também a identificação da presença de movimentos sociais ativos pelo direito à moradia no município, em especial na área rural.

Em contraponto, foi identificado um número proporcionalmente elevado de imóveis ociosos (539 unidades, equivalentes a 11,2% do total de domicílios), muito superior ao déficit habitacional e à necessidade de controle da inserção urbana e da qualidade da produção de novas unidades habitacionais de interesse social no município. As tipologias populares de uso e ocupação do solo identificadas no município e os problemas no acesso à infraestrutura urbana se mostraram pontuais, mas apontam para a necessidade de revisão das áreas demarcadas como ZEIS no município à luz das ocupações frágeis mapeadas. Finalmente, foi ainda identificada a ausência de políticas regularização fundiária em um contexto de generalização de problemas relacionados à irregularidade fundiária particularmente no território rural e em geral de baixa renda.

A análise das condições de acesso à saúde e à educação no município de Itatiaiuçu revelou um pequeno número de equipamentos e sua concentração na região central do distrito sede. No entanto, as percepções registradas ao longo do processo participativo apontam positivamente para investimentos recentes na melhoria das condições de acesso a esses serviços públicos no município, incluindo a reforma ou implantação de novos equipamentos.

Sobre as condições de mobilidade urbana, constata-se um isolamento relativo do município em relação à região metropolitana, com menos de 5% do total de viagens realizadas para outros municípios da RMBH. De fato, a maior parte dos deslocamentos intermunicipais, ainda que não mensurados por falta de base de dados, indicam ser para o município de Itaúna. A gratuidade do transporte público e sua boa taxa de cobertura territorial indicam um grau relativamente alto de integração territorial da sede, distritos e povoados de Itatiaiuçu. Por outro lado, os índices de mortalidade no trânsito, significativamente mais altos que a média metropolitana, indicam que é necessário intervenções de segurança na BR-381, em especial nos trechos onde há maior ocupação como Pinheiros e Santa Teresinha.

5.3 Segurança

A porção central próxima à sede do município apresenta relevo menos acidentado que a região norte, e está inserida em contextos de geologia associada ao grupo de unidades geotécnicas que estão vinculadas à áreas de solo mais profundo e que possuem maior estabilidade quando em áreas com menor declividade. Um percentual muito elevado do município (62,09%) está inserido em áreas de risco geológico muito baixo, baixo e médio (6,23%, 21,71% e 34,15% respectivamente). As áreas de maior risco no município estão associadas ao contexto da Serra Azul à norte da sede municipal e à áreas com solo pouco profundo e que apresentam também declividades médias e altas: estas áreas encontram-se espalhadas pela porção oeste e parte da porção central do município.

Sobre a temática do saneamento, o município de Itatiaiuçu se apresenta com um alto grau de pressão sobre os recursos hídricos, tanto na área urbana quanto rural. O município não possui infraestrutura de tratamento e abastecimento de água para seu território, sendo que não há Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e os recursos naturais sofrem impactos por atividades produtivas, principalmente a extração mineral. De forma geral, a questão do aprimoramento dos serviços de saneamento municipal é um gargalo a ser superado o quanto antes. De forma geral é verificada a necessidade da ampliação das áreas permeáveis urbana, restauração e revitalização de cursos de água.

No que tange às agriculturas, há presença de produção agropecuária convencional em boa parte do município, tendo destaque as regiões de Santa Terezinha, Pinheiros, Baú, Curtume e Vieiras. A produção agropecuária, em sua maioria, advém de agricultores não familiares (com exceção da apicultura), com destaque para a comercialização de chuchu, couve-flor e brócolis. Além disso, vale mencionar a presença de agriculturas nas proximidades e mesmo inseridas no tecido urbano.

Apesar da produção agropecuária em todo território, foi registrado nos últimos anos uma queda no número de estabelecimentos e na participação do setor na

composição do PIB municipal. Um dos fatores que colaboram para a mudança é o processo de expansão imobiliária causada pela dispersão de loteamentos irregulares na zona rural, aliados a grandes propriedades pertencentes às mineradoras.

Além disso, foi levantado no município uma carência por espaços de comercialização de produtos agrícolas, como a demanda por criação de feiras para garantir o acesso interno à produção local e incentivar a transição agroecológica dos sistemas produtivos, principalmente no entorno dos cursos d'água que abastecem o manancial de Rio Manso. Nesse sentido a produção agroecológica do acampamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Itatiaiuçu é uma iniciativa local que pode ser referência para a adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis que ampliem as possibilidades de distribuição e consumo de alimentos saudáveis local e regional.

5.4 Sustentabilidade

No âmbito da Sustentabilidade, especificamente sobre a Proteção Ambiental, observa-se que Itatiaiuçu encontra-se em situação preocupante. Oportunamente, como principal problema relacionado à proteção ambiental relatados pela população nas oficinas comunitárias e identificados pela equipe técnica, aponta-se a escassez dos recursos hídricos.

O município de Itatiaiuçu não tem institucionalizado instrumentos territoriais de proteção ambiental. Esta ausência de aplicação de instrumentos disponíveis, como a implementação de unidades de conservação, ou o estímulo à utilização pelos proprietários do Cadastro Ambiental Rural (CAR), faz com que um município com grandes áreas pertinentes à preservação ou conservação fique exposto a possíveis cenários de problemas ambientais.

Logo, a ausência de aplicação de instrumentos territoriais de proteção aos recursos naturais, sobretudo hídricos, nas quais unidades de conservação ou a orientação de demarcação das áreas de preservação permanente (especialmente, em topos de morro) poderiam contribuir, apontam para recorrentes e futuros problemas sobre o uso e ocupação do solo.

Ademais, percebe-se que o privilégio da destinação do recurso hídrico à atividade minerária (que detém 35 outorgas para utilização de recursos hídricos) contribui para quebra de isonomia na disponibilidade do recurso aos moradores do município, uma vez que apesar da abundância de disponibilidade deste à atividade minerária, outras atividades relacionadas às áreas rurais (por exemplo, pastagens) tem sofrido com a indisponibilidade recorrente de acesso à água.

Concomitantemente, é também flagrante a diminuição da importância da atividade agrícola no município, que sob o fomento por meio de práticas agroecológicas, assim como o uso orientado do CAR, poderia facilitar a manutenção da qualidade ambiental no município.

Portanto, o que se percebe e pretende-se apontar não é um quadro de calamidade sobre os recursos naturais (hídricos) de Itatiaiuçu, mas demonstrar que a ausência de instrumentos territoriais referentes à proteção ambiental contribui para problemas vivenciados no município.

Em Itatiaiuçu percebe-se na mineração a principal atividade econômica empregadora de mão de obra e estruturadora da dinâmica produtiva local. Sobre ela repousa a maior capacidade de geração de valor e abertura de postos de trabalho em serviços complementares. Ressalta-se, por outro lado, a não incorporação da mão de obra local na atividade, sobretudo nos cargos mais qualificados e de gestão, a falta de diversificação econômica (situação de “dependência”) em certo sentido imposta pela atividade minerária e o comprometimento da recarga de nascentes na sub bacia do córrego do Veloso também em função da mineração.

No que concerne ao setor terciário observa-se uma boa pulverização dos comércios e serviços básicos por todo o território municipal. A existência de serviços mais complexos, todavia, concentra-se na sede local. Para além dela, apenas a porção sul de Santa Teresinha de Minas possui estabelecimentos em maior quantidade e mais diversificados.

5.5 Urbanidade

Em Itatiaiuçu, a sede municipal concentra os equipamentos e entidades ligados à cultura. Não há um número substancial de edificações com características arquitetônicas de relevância no contexto histórico-cultural na sede municipal. O Inventário dos bens culturais está em constante atualização. Embora o município tenha praças com equipamentos de lazer em quase todas as localidades (urbanas ou rurais), há necessidade de maior estímulo à efetivação de programas focados no desenvolvimento de atividades culturais. A Praça Antônio Quirino da Silva, onde se instala a Matriz de São Sebastião é onde se realiza a maioria das celebrações e eventos culturais do município. Destaca-se o acervo de bens móveis integrados à Igreja Matriz de São Sebastião. As edificações tombadas pelo município se encontram na sede municipal. Os núcleos urbanos fora do perímetro da Sede contam com sítios naturais, formas de expressão, celebrações, igrejas, monumentos, saberes e ofícios e ainda edificações isoladas com características de relevância no contexto histórico-cultural. O patrimônio imaterial é significativo, distribuindo-se pelos bairros da Sede, no Distrito de Santa Terezinha, Pinheiros e nos povoados de Chaves, Pedras e Vieiras.

No que tange às áreas de interesse de preservação do patrimônio cultural e natural, foram delimitadas as regiões do conjunto paisagístico do núcleo urbano do Povoado de Vieiras, constituído por um agrupamento de edificações circundadas por uma região de campos e montanhas de beleza paisagística; incluindo neste contexto o sítio natural e patrimônio tombado pelo município da

Pedra Grande ou Pico do Itatiaiuçu que dá nome ao município' do Povoados de Chaves pelas qualidades paisagísticas e ambientais com sítios naturais tombados, tradição das celebrações de cunho religioso e estruturas arquitetônicas; da localidade de Rio São João pelos atributos ambientais ligados ao rio São João de elevado índice de qualidade das águas; do Bairro de Pinheiros e seu núcleo urbano devido à configuração dos lotes com grandes quintais e da ambiência rural e por se constituir no espaço de vivência e das manifestações culturais; e por fim da área do entorno do Monumento do Cristo Redentor, com tombamento municipal, por ser locado em um mirante natural, com vista parcial da área urbana e para a área rural e onde se faz necessária a requalificação urbanística.

PARTE 02 – PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

As diretrizes de estruturação territorial que apresentamos abaixo foram construídas em conjunto com a sociedade civil e o corpo técnico municipal durante a *Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares*, terceiro momento formal de participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Itatiaiuçu, realizada sob forma de Audiência Pública municipal.

Os registros dessas análises, bem como a metodologia de trabalho empregada na oficina já foram apresentados na Parte 01. As informações reunidas nos mapas e nas relatorias da Oficina em questão são o principal subsídio para a atual etapa de trabalho. Elas foram compiladas e sistematizadas pela equipe, e serão apresentadas abaixo, no Item 1. A partir dessas diretrizes de estruturação territorial novos mapeamentos foram elaborados pela equipe, resultando na proposta preliminar de estruturação territorial. Tal proposta é composta pelos seguintes mapeamentos básicos, apresentados no Item 2:

- a) **Mapeamento das restrições à ocupação**; contemplando a delimitação dos trechos com restrições à urbanização conforme critérios de declividade, fragilidade geológica e identificação de áreas de maior interesse ambiental;
- b) **Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano**; contemplando a demarcação (criação, ampliação, redução e/ou extinção) de novos perímetros de áreas urbanas vis a vis os perímetros vigentes no município;
- c) **Propostas preliminares de reestruturação e classificação viária**, contemplando a regulação das formas de deslocamento pelo território do município;
- d) **Propostas preliminares da Trama Verde e Azul**; contemplando a territorialização das diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental, agriculturas; eixos de mobilidade e patrimônio histórico e cultural;

e) **Proposta preliminar de Uso e Ocupação do Solo**; contemplando a proposta preliminar de estruturação territorial, traduzida em categorias de zoneamento e sobrezoneamento adaptadas do Macrozoneamento Metropolitano;

f) **Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano**; contemplando análise das convergências, divergências e adequações entre a proposta de uso e ocupação do solo e as Zonas de Interesse Metropolitano no município.

Esses mapeamentos foram desenvolvidos a partir dos resultados das Oficinas de Diretrizes e Propostas Preliminares; da sistematização das diretrizes de estruturação territorial do município; das contribuições oriundas do Grupo de Acompanhamento; das análises técnicas realizadas pela equipe com base em dados secundários; das visitas de campo realizadas; e da rodada de reuniões internas realizadas entre a equipe UFMG e Agência em outubro e novembro de 2017. Assim, a proposta teve como preocupação adequar as contribuições técnicas e comunitárias, tendo como referência as diretrizes pactuadas coletivamente. Ressalta-se, ainda, a natureza preliminar dessas propostas doravante apresentadas: as mesmas serão discutidas na *Oficina de Propostas de Estruturação Territorial*, e ajustadas posteriormente nas próximas etapas do trabalho, em diálogo estreito com o Grupo de Acompanhamento do município.

1 DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

As diretrizes apresentadas foram elaboradas com base em dois elementos: (i) a proposta metodológica; e (ii) as contribuições da sociedade nas oficinas comunitárias.

A (i) proposta metodológica pactuada (ver Produto 3) foi importante na elaboração das diretrizes no sentido de orientarem a propostas a partir da transdisciplinaridade presente nos eixos e dimensões apresentados no PDDI/RMBH. Assim, as diretrizes procuraram articular as dimensões da urbanidade, sustentabilidade, seguridade e acessibilidade.

O (ii) processo de participação social foi fundamental para a identificação das prioridades em termos de potencialidade e conflito vivenciados no município. As diretrizes desta proposta surgiram precipuamente da Oficina 2, entretanto, contribuíram subsidiariamente as etapas de participação social anteriores, entre elas a Oficina Comunitária 1 e as reuniões do Grupo de Acompanhamento.

Esclarece-se que as diretrizes preliminares apresentadas a seguir procuram articular as principais preocupações populares oriundas das Oficinas Comunitárias e reconhecidas nos estudos técnicos: (i) ausência de ofertas de emprego e renda pela limitação das atividades econômicas no município; (ii) o baixo aproveitamento do potencial das atividades agrícolas, artesanais e turísticas; (iii) a preocupação com a disponibilidade de recursos hídricos; e a (iv) falta de atividades culturais e de entretenimento.

1. Fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, concebendo um sistema institucional de proteção ambiental;
2. Criar um sistema institucional de proteção ambiental que identifique as áreas prioritárias para preservação ambiental, fundamentando-se na criação de unidades de conservação instituídas pelo município, demarcação das áreas de preservação permanente e o estabelecimento de uma estrutura organizacional e administrativa para fiscalização e desenvolvimento de ações para conservação ambiental;

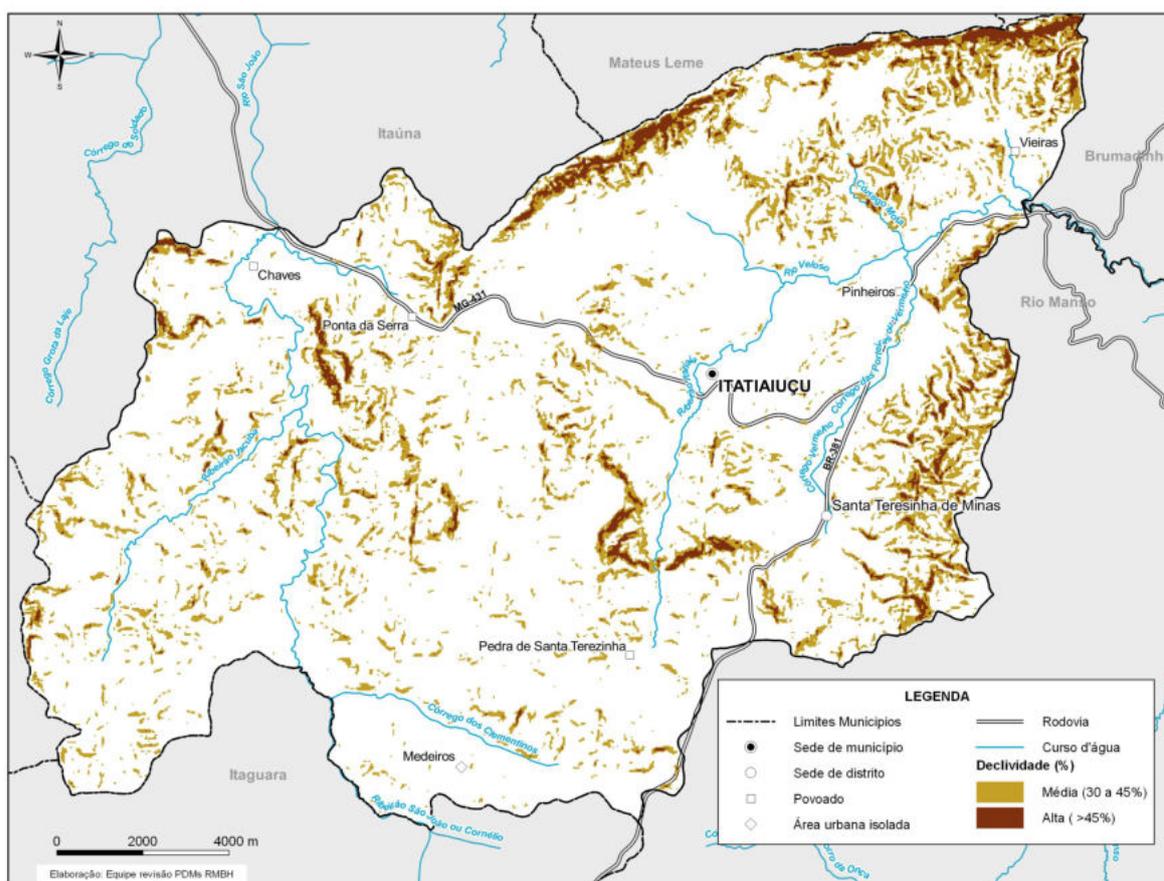
3. Priorizar a criação de unidades de conservação na Serra do Itatiaiuçu e na região da Pedra Grande;
4. Associar a preservação ambiental e cultural das Vieiras, Chaves, Ponta da Serra e Rio São João, por meio da articulação pela Trama Verde e Azul;
5. Estabelecer uma estrutura institucional para o estímulo da atividade agrícola sob princípios agroecológicos, que restrinjam concomitantemente o uso de agrotóxicos, por meio da criação de uma Secretaria Municipal de Agricultura;
6. Estimular os potenciais econômicos das atividades agrícolas (agroecológicas) e artesanais presentes no município, integrando-a à Trama Verde e Azul;
7. Fomentar, por meio de assessoria técnica do Poder Público, o desenvolvimento da agroecologia baseada em arranjos produtivos alternativos – associativismo e cooperativismo;
8. Promover as atividades econômicas e culturais produzidas no município por meio da realização de feiras e eventos culturais periódicos;
9. Priorizar a utilização de produtos agrícolas locais pelo Poder Público municipal, especialmente na composição da merenda escolar;
10. Requalificar o Distrito Industrial aproveitando a localização na RMBH e o utilizando para fomentar a diversificação produtiva em Itatiaiuçu;
11. Planejar e executar em parceria com a COPASA, ações e obras de infraestrutura para melhorar o sistema de captação de água e de saneamento básico;
12. Criar programas de capacitação profissional integrado aos potenciais econômicos do município.

2 ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

2.1 Mapeamento das restrições à ocupação

O Mapa de declividade foi realizado a partir dos valores de altimetria da imagem SRTM Arc1 disponibilizada pelo Serviço Geológico dos EUA e gerado com o apoio do software QGIS, versão 2.14. O mapa de declividade foi calculado em percentual e foi reclassificado de acordo com dois valores de referência que apresentam contextos de maior restrição para a ocupação territorial: 30% a 45%, classificada como média restrição; e mais de 45% de declividade que foi associada à alta restrição para a ocupação.

Figura 5 - Mapa de Declividade de Itatiaiuçu

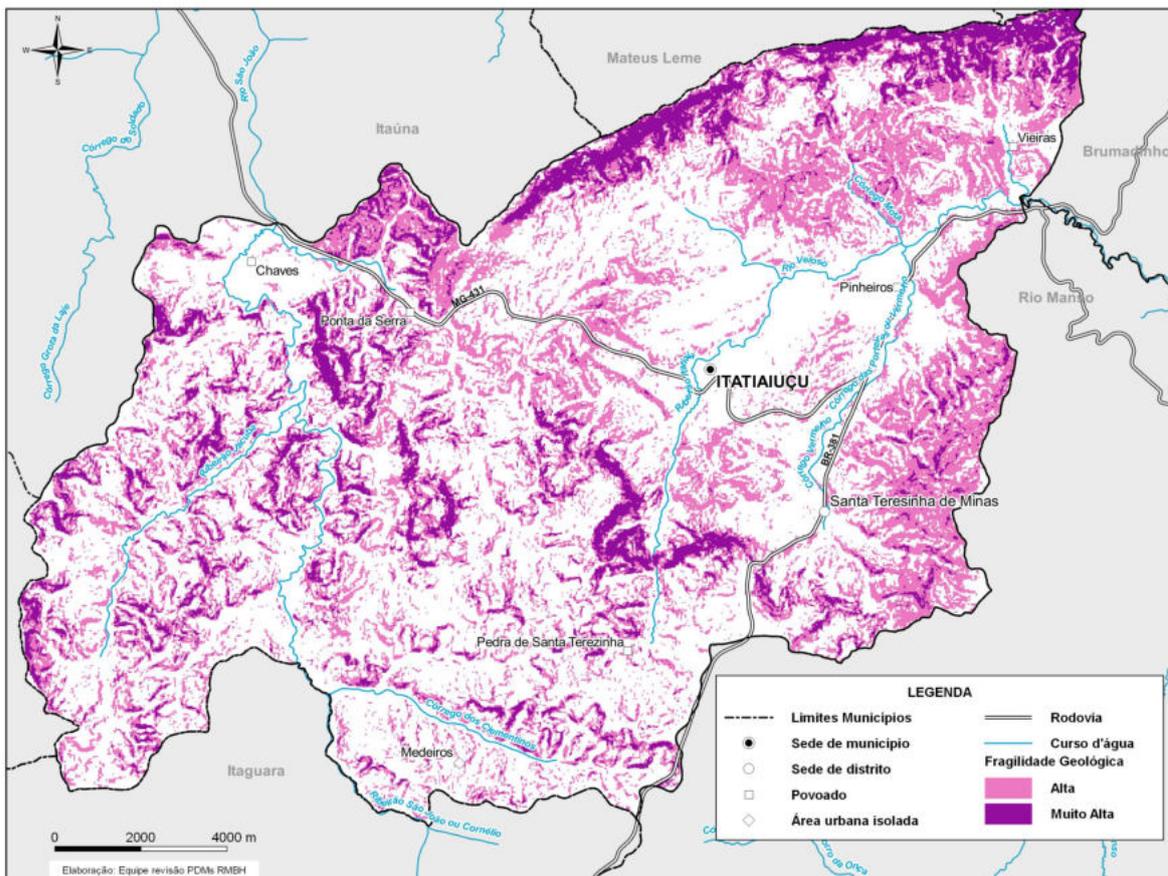


Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa de fragilidade geológica foi gerado a partir de operação multicritério entre as bases de dados de declividade, de geologia e de pedologia. Para as

informações de cada camada foram atribuídos diferentes pesos de análise, considerando as referências e metodologias originais e os estudos associados à dinâmica geológica e ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O mapa foi reclassificado em valores de fragilidade geológica relativa alta e muito alta. Nessas áreas devem ser considerados riscos de fragilidade para a ocupação que demandam estudos complementares específicos. Da mesma forma, não é possível falar que não existe risco geológico nas áreas em que estão mapeadas como de baixa fragilidade geológica, dada a escala e abrangência do mapeamento.

Figura 6 - Mapa de Fragilidade Geológica de Itatiaiuçu

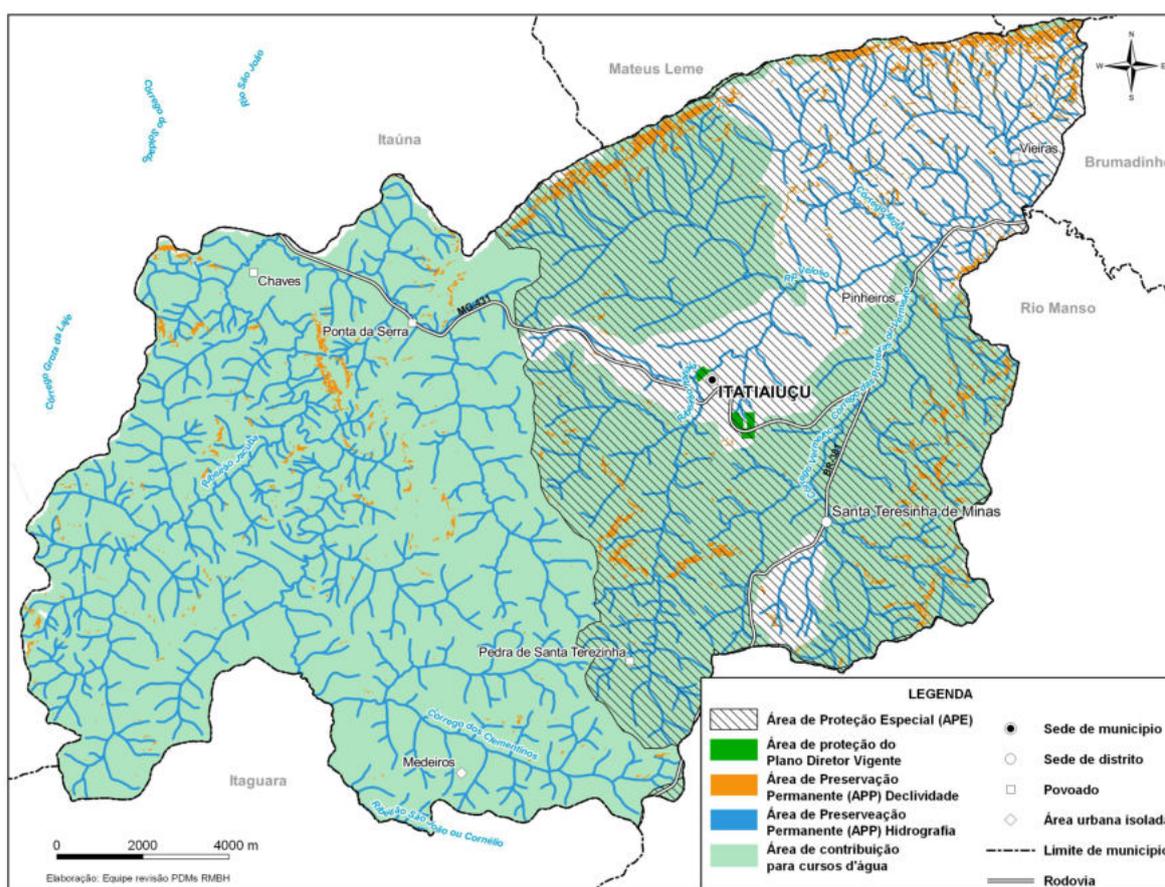


Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa de interesse ambiental foi gerado a partir da superposição de informações e bases consideradas importantes para as políticas de conservação e de preservação ambiental no território municipal. São apresentadas informações

referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP) de declividade (calculadas a partir do mapa de declividade previamente apresentado) e de fundos de vale. As APPs são consideradas áreas de forte restrição ambiental para a sua ocupação. São apresentadas também informações referentes às Unidades de Conservação tanto de proteção integral (altíssima restrição para a ocupação) quanto de uso sustentável (menor restrição para a ocupação). Os dados referentes ao enquadramento dos cursos d'água em classes também foram consideradas importantes para a definição de alguns padrões de ocupação que possam gerar impactos difusos ou pontuais de cargas poluentes aos cursos d'água.

Figura 7 - Mapa de Interesse Ambiental de Itatiaiuçu

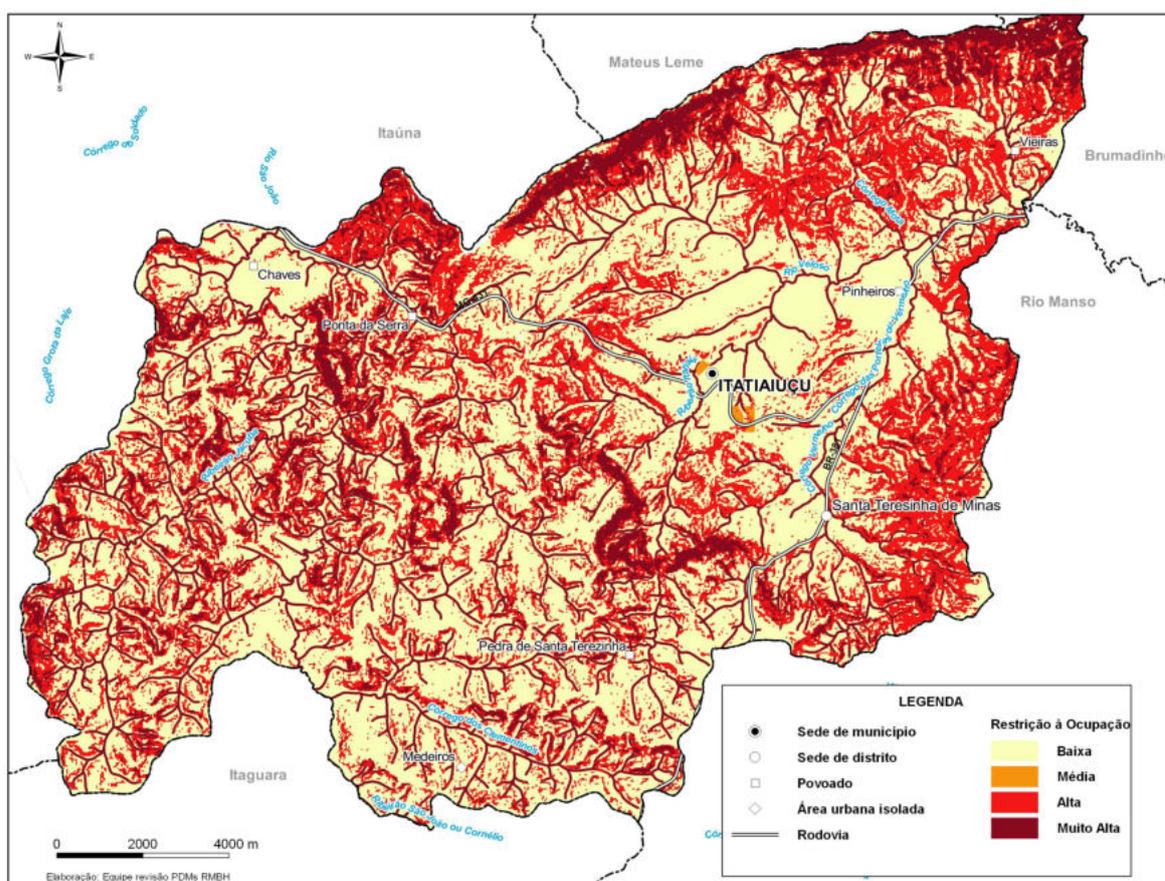


Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa síntese de restrições à ocupação é consolidado a partir das áreas de fragilidade geológica considerada alta ou muito alta, das áreas de relevância

ambiental consideradas de alto nível de restrição, como as Áreas de Preservação Permanente de declividade e associadas aos canais fluviais. As áreas indicadas como restrição alta ou muito alto são relacionadas à contextos de alta fragilidade ou risco e sua ocupação deve ser realizada observando essas particularidades e a partir de estudos complementares locais.

Figura 8 – Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.2 Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano

A proposta de revisão do perímetro urbano de Itatiaiuçu se orientou por critérios definidos ao longo das leituras técnicas e comunitárias do processo de revisão do Plano Diretor. O primeiro critério adotado, visando o reconhecimento de áreas urbanas mais consolidadas, ajustou o perímetro ao tecido urbano da sede

municipal e distritos. A partir do mesmo critério, optou-se por não estender o perímetro aos povoados e localidades, sobre os quais, quando necessário, foram demarcadas manchas de sobrezoneamento com diretrizes de requalificação. Em alguns casos, optou-se por integrar manchas isoladas - mas próximas - de tecido urbano, de modo a trabalhar com o menor número possível de perímetros.

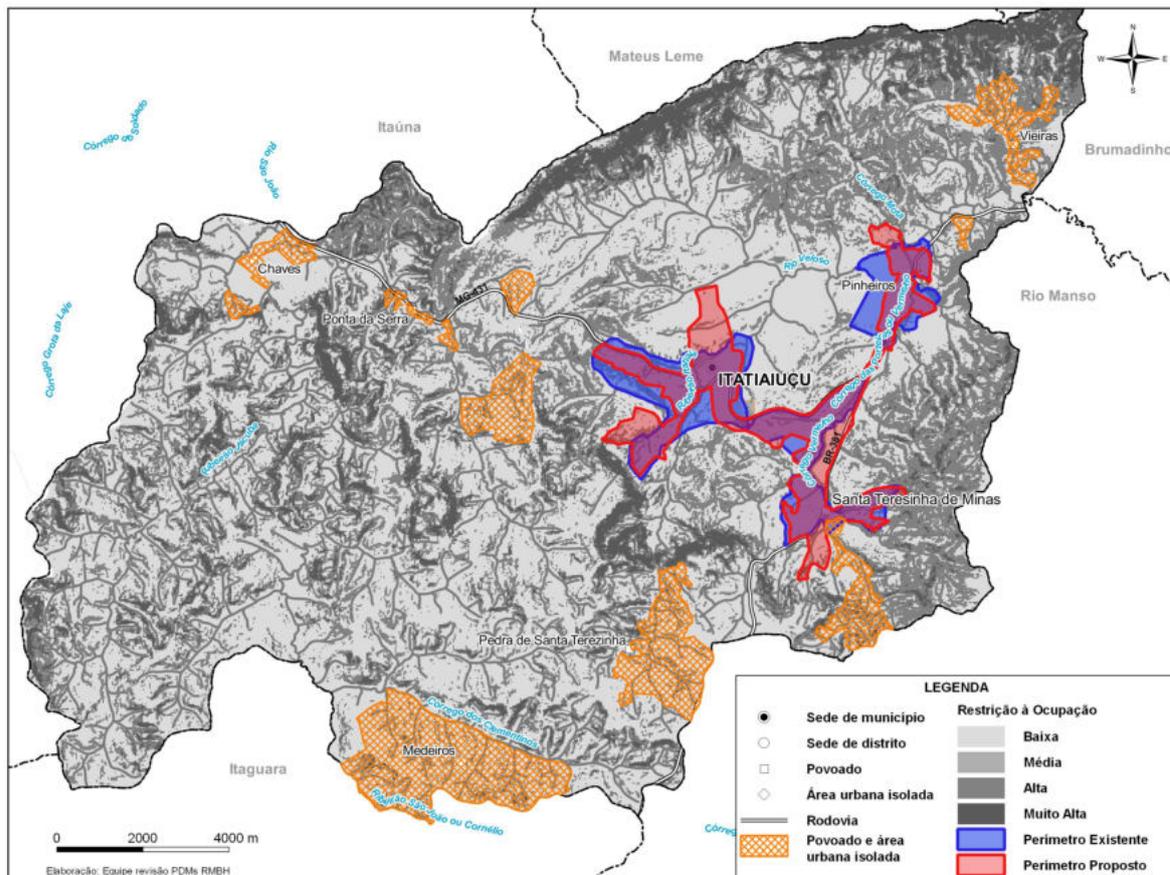
O segundo critério procurou seguir as orientações do Artigo 42-B do Estatuto da Cidade quanto ao mapeamento das restrições ambientais à ocupação urbana, conforme o conjunto de mapas apresentado na subseção anterior. Esse conjunto de restrições à ocupação - declividade, fragilidade geológica e interesse ambiental - balizou o desenho das propostas preliminares de ampliação e redução dos perímetros urbanos, tendo como pressuposto que a expansão urbana deve se concentrar em áreas com baixo e médios graus de restrição.

O terceiro critério adotado se refere ao modo como foram tratados os parcelamentos irregulares realizados fora do perímetro urbano em vigor. Nos casos onde tais parcelamentos promovam a continuidade da mancha urbana e não haja restrições ambientais ou de proteção da área rural, houve reconhecimento da expansão urbana e ajuste do perímetro. Nos casos onde o parcelamento ocorre em áreas onde não se justifica o desenvolvimento de estrutura urbana e estímulo a novos parcelamentos, seja por restrição ambiental, proteção de área rural ou descontinuidade da mancha urbana, não houve ajuste ou criação de novo perímetro. Nestas situações, as áreas passíveis de regularização fundiária desse tipo de ocupação foram demarcadas com sobrezoneamentos específicos.

Cabe ainda observar que optou-se, nesta etapa de propostas preliminares, pela não definição de uma zona específica de expansão urbana. Entretanto, as áreas de expansão coincidem com os vazios encontrados entre o tecido urbano atual e o novo perímetro urbano, e cada uma dessas áreas recebe um zoneamento urbano. Posteriormente, a essas áreas serão agregados critérios específicos para expansão urbana, como mecanismos de recuperação de parte da mais-valia fundiária decorrente da transformação de áreas rurais em áreas urbanas.

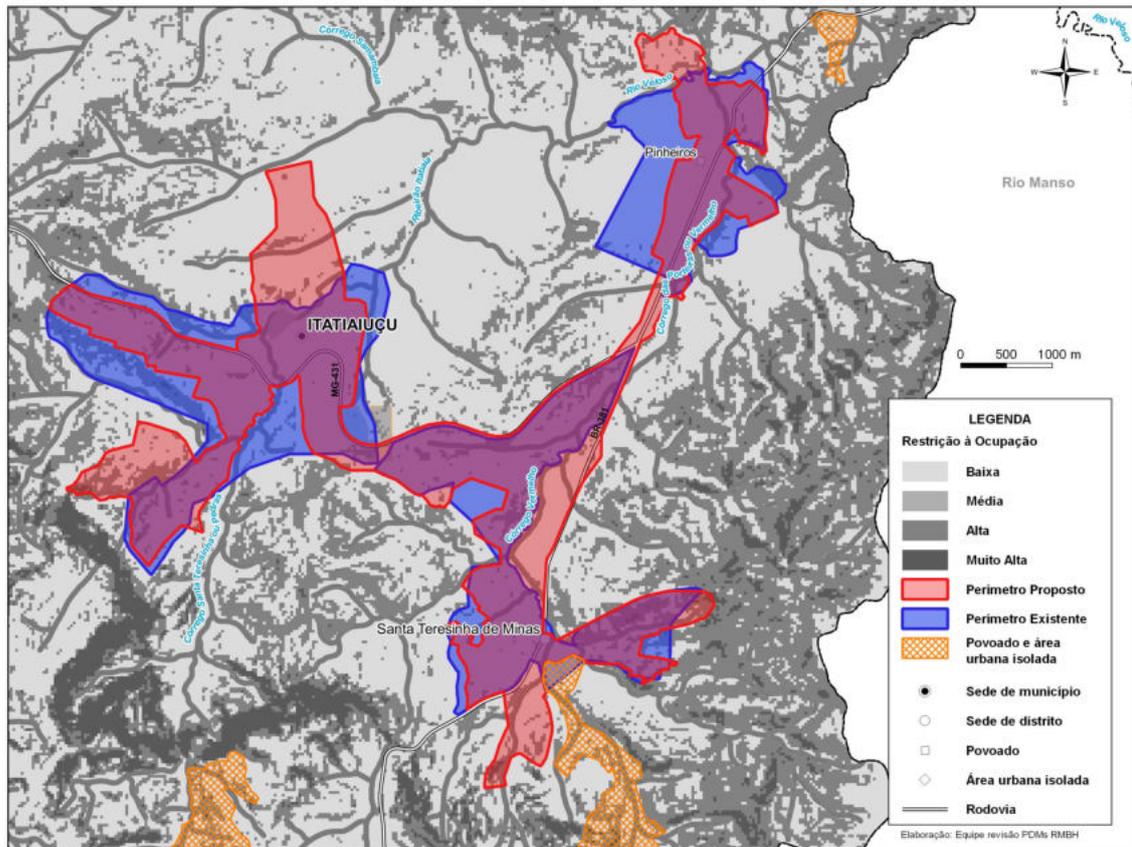
No caso de Itatiaiuçu, as Figuras ilustram o perímetro existente em azul, o perímetro proposto em vermelho, e as manchas de sobrezoneamento sobre povoados, localidades e manchas isoladas de ocupação.

Figura 9 - Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Itatiaiuçu



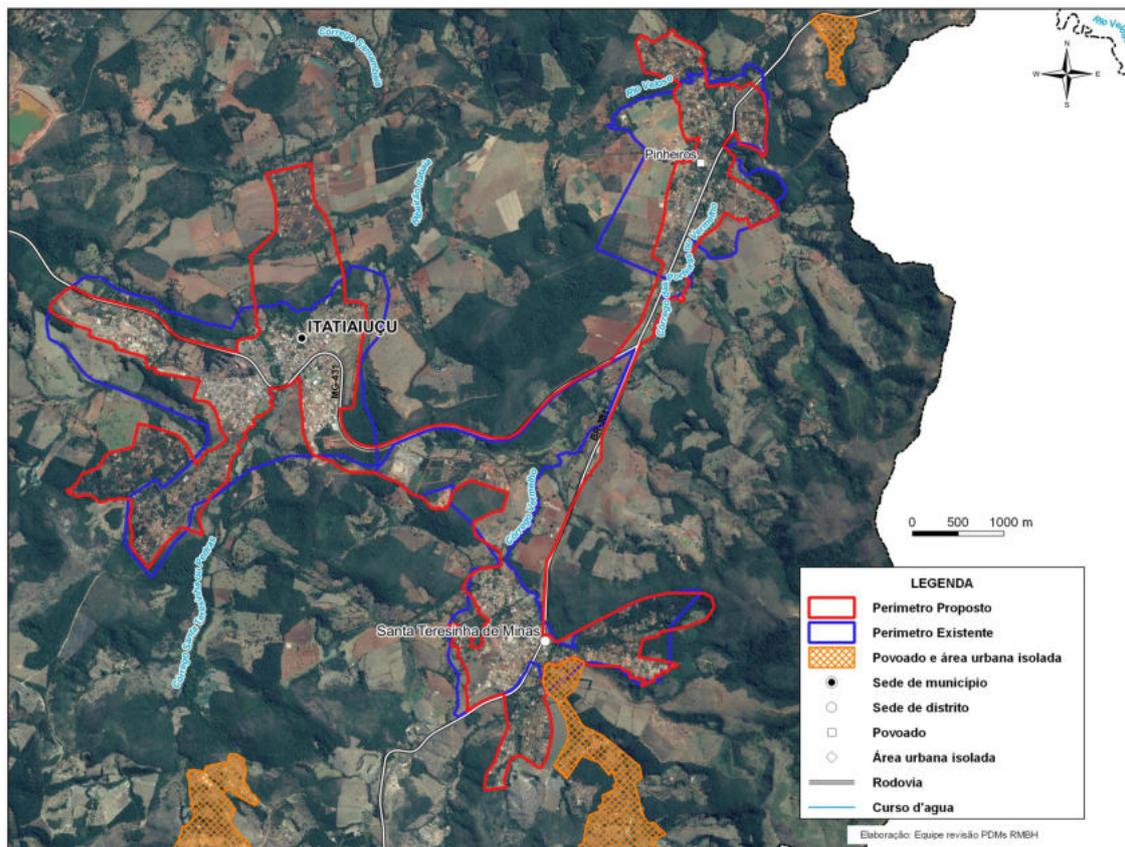
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 10 - Detalhe da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 11 - Vista Aérea da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.3 Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária

A classificação hierárquica e reestruturação viária é uma proposta de regulação das formas de deslocamento pelo território do município, e se baseia nas diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecida pela lei 12.587/2012, priorizando assim os deslocamentos pelos modos coletivos e ativos (não-motorizados). A proposta se valeu dos levantamentos feitos anteriormente neste trabalho, bem como dos depoimentos registrados nas relatorias das oficinas participativas realizadas no município, nas quais se procurou, especificamente, por comentários a respeito das condições de mobilidade urbana cotidianas. Assim, chegou-se à criação de 11 categorias de vias para o território municipal, que foram definidas a partir de “características desejáveis” de circulação. Elas estão sumariamente resumidas abaixo:

Tabela 2 - categorias de vias para o território municipal

TIPO DE VIA	ATIVIDADE PREDOMINANTE	MODOS DE TRANSPORTE PERMITIDOS	VELOCIDADE	PAVIMENTAÇÃO
Via Expressa (ligação metropolitana ou regional)	Trajetos de longa distância entre cidades e regiões veículos em movimento rápido	Somente modos motorizados. Travessias de pedestres em nível diferenciado.	Regulada pela via, geralmente acima de 80km/h	Asfalto
Via Rural de integração	Trajetos de média/longa distância entre cidades limítrofes e entre sede e distritos.	Bicicleta e modos motorizados. Travessia de pedestres em nível, com sinalização	Sugestão de 60km/h. Intervenções de diminuição de velocidade em pontos estratégicos	Asfáltica ou permeável.
Via Rural de preservação	Trajetos de média e curta distância para a zonal rural do município. Lógica de preservação ambiental do entorno.	A pé, bicicleta, modos motorizados – restrição a veículos pesados.	Sugestão de 30km/h, velocidade reduzida em função das características da via e de seu entorno.	Sem pavimentação ou pavimentação não-asfáltica, permeável
Via Arterial	Tráfego para vias expressas, trajetos de médias distância, estruturação do território urbano;	Bicicleta e todos os modos motorizados; Travessia de pedestres em nível, protegida por semáforos.	Sugestão de 50km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos.	Pavimentação asfáltica ou permeável
Via Coletora	Transição entre vias arteriais e locais (movimento de início e fim de viagens), paradas de transporte público.	Bicicleta, modos motorizados, modos de tração animal. Restrição à carga pesada. Travessia em faixa de pedestres.	Sugestão de 30km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos.	Pavimentação asfáltica ou permeável
Via Local	Acesso veicular ao uso do solo e domicílios, entrega de mercadorias, veículos lentos em movimento.	Bicicleta, tração animal, modos motorizados. Restrição a ônibus e carga pesada. Travessia livre de pedestres.	Velocidade máxima de 20km/h a 30km/h, possíveis medidas de redução de velocidade.	Pavimentação permeável, preferencialmente.
Via de transição (ou via calma)	Acesso de veículos e pedestres a domicílios, lazer e contemplação,	Convivência entre modo a pé, bicicleta e motorizados leves.	Máxima de 20km/h para possibilitar convivência com segurança.	Pavimentação permeável, não asfáltica, preferencialmente.
Via ciclística	Deslocamentos de pequena e média distância, lazer, esporte.	Exclusiva para bicicleta, travessia de pedestres de preferência sinalizada.	Não se aplica.	Asfalto ou pavimento liso.
Via pedonal	Acesso a domicílios e comércio, lazer e contemplação.	A pé e bicicleta. Acesso de veículos leves só para trânsito local.	Trânsito local, 10km/h.	Pavimentação não asfáltica.
Via rural pedonal-ciclística	Trilha rural, acesso a localidades rurais e cursos d'água. Turismo e lazer.	Exclusivo para bicicleta e a pé.	Não se aplica.	Sem pavimentação.

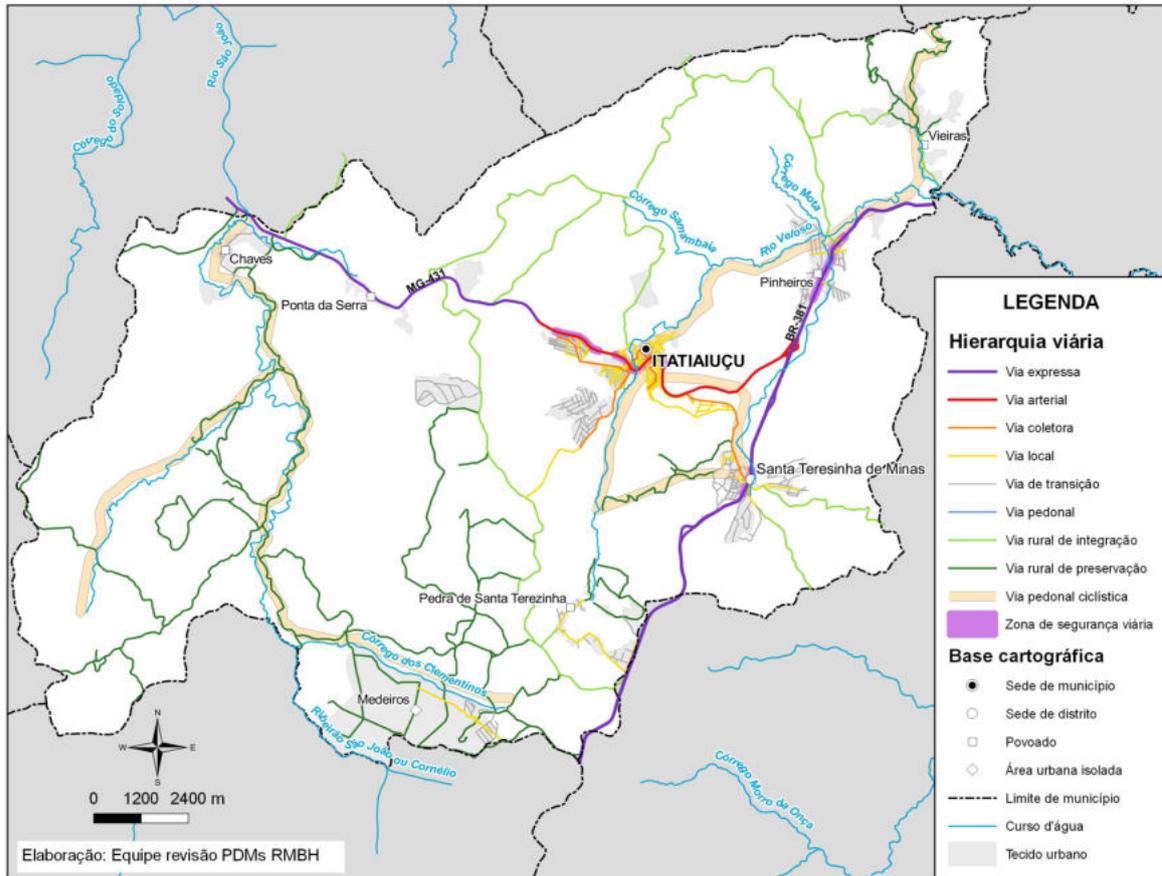
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Das categorias apresentadas acima, faz-se importante destacar quatro que não são comuns em mapas de hierarquização viária. Trata-se da “Via rural de integração”, a “Via rural de preservação”, a “Via rural pedonal-ciclística” e a “Via de transição (ou via calma)”. As três primeiras são pensadas para o município em seu espaço para além do perímetro urbano, nas formas de integração e utilização de seu território tido como rural. Assim, a via rural de integração se coloca com a principal função de integrar o território municipal, em especial distritos e sedes, e para se propõe asfaltada e de trânsito relativamente rápido. Para porções do território municipal nas quais o uso não é tão frequente e se pretende resguardar, em especial, características ambientais importantes para a dinâmica ambiental regional, propõe-se vias rurais de preservação, com pavimentação alternativa à asfáltica e velocidade reduzida em relação a via de integração. Por fim, busca-se identificar e propor vias de acesso não-veicular ao território para maior preservação e incentivo ao uso recreativo e ambiental, as assim chamadas “vias rurais pedonais-ciclísticas”.

Por sua vez, foi constatada na maioria dos municípios metropolitanos a precária cobertura de calçadas e de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por outro lado, constata-se também a dificuldade das autoridades municipais e dos residentes em tomar medidas que tornem homogênea o tratamento dessas vias para pedestres. Partindo-se do princípio de que, em muitos municípios, a via tida como veicular é usada também por pedestres, propõe-se aqui uma “via de transição” entre a calçada e a via local, na qual toma-se medidas físicas e regulatórias para o convívio seguro entre o deslocamento a pé e os deslocamentos motorizados em baixa velocidade. A via também pode ser chamada de “via calma” e tem referências e exemplos em várias cidades do mundo. A diferença, aqui, é a proposição de uma via de transição também para espaços de baixa circulação, como medida de proteção aos residentes e pedestres.

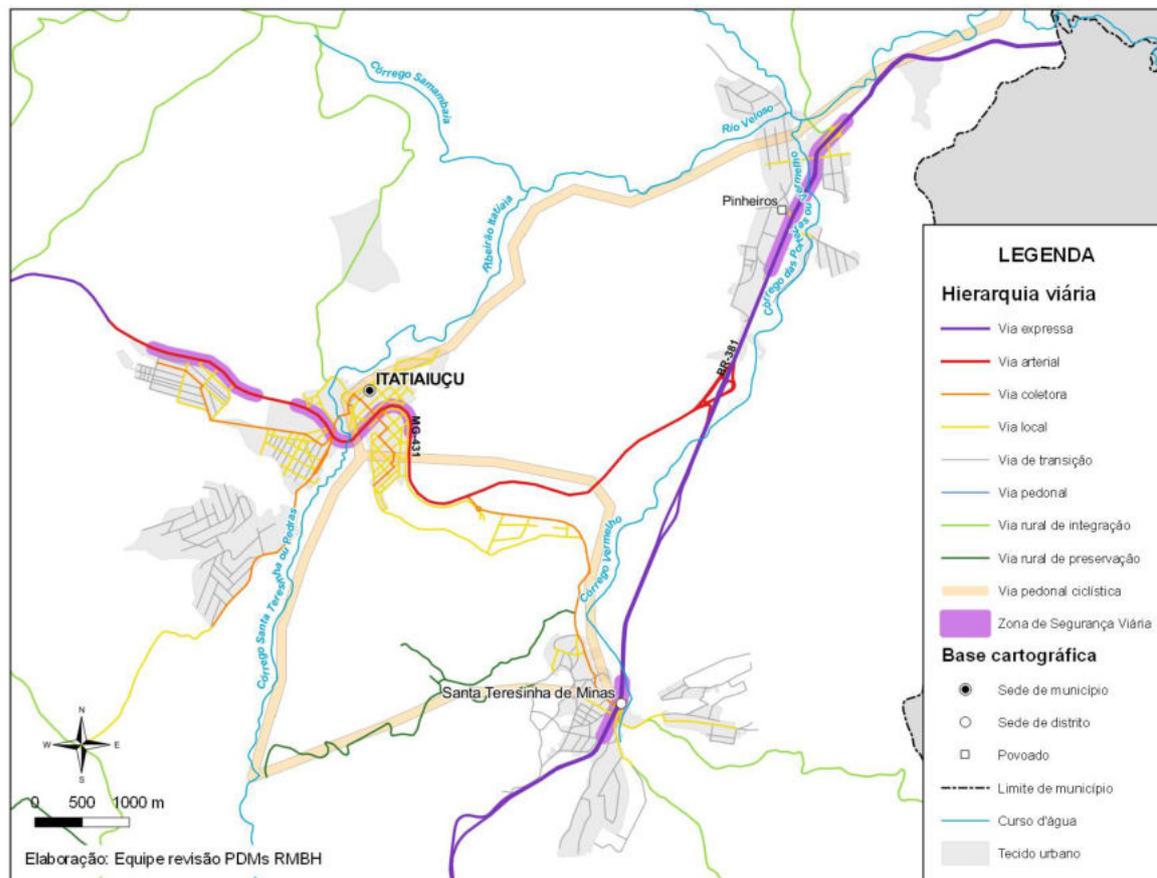
A seguir, são apresentados os mapas de classificação e hierarquização viária de Itatiaiuçu, o primeiro cobre todo o território e o segundo detalha a sede municipal.

Figura 12 - Proposta Preliminar de Hierarquização Viária – Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 13 - Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana – Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.4 Propostas preliminares da Trama Verde-Azul

A concepção de uma “trama verde-azul metropolitana” está prevista no Projeto de Macrozoneamento e se refere à ideia de um elemento articulador do território metropolitano, que busca assegurar a continuidade entre espaços naturais e rurais na dinâmica urbana da metrópole, incentivando seu uso e sua diversificação.

A proposta tem como elementos base as áreas com presença de vegetação (trama verde) e os rios com suas margens (trama azul), e tem como objetivo fomentar a proteção e recuperação dessas áreas, viabilizar seu uso recreativo de maneira ampla e diversificada, promover a criação de circuitos de mobilidade

ativa (não motorizados), proteger a atividade agrícola e incentivar a produção agroecológica, preservar e valorizar o patrimônio cultural e paisagístico, estimular o turismo ecológico e cultural, e minimizar os riscos ambientais à ocupação. A proposta preliminar aqui apresentada foi construída a partir da sobreposição de análises e sugestões oriundas das leituras comunitárias e técnicas; das propostas preliminares de classificação e reestruturação viária; dos mapeamentos do uso e ocupação do solo urbano e das restrições à ocupação; e das diretrizes e parâmetros do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

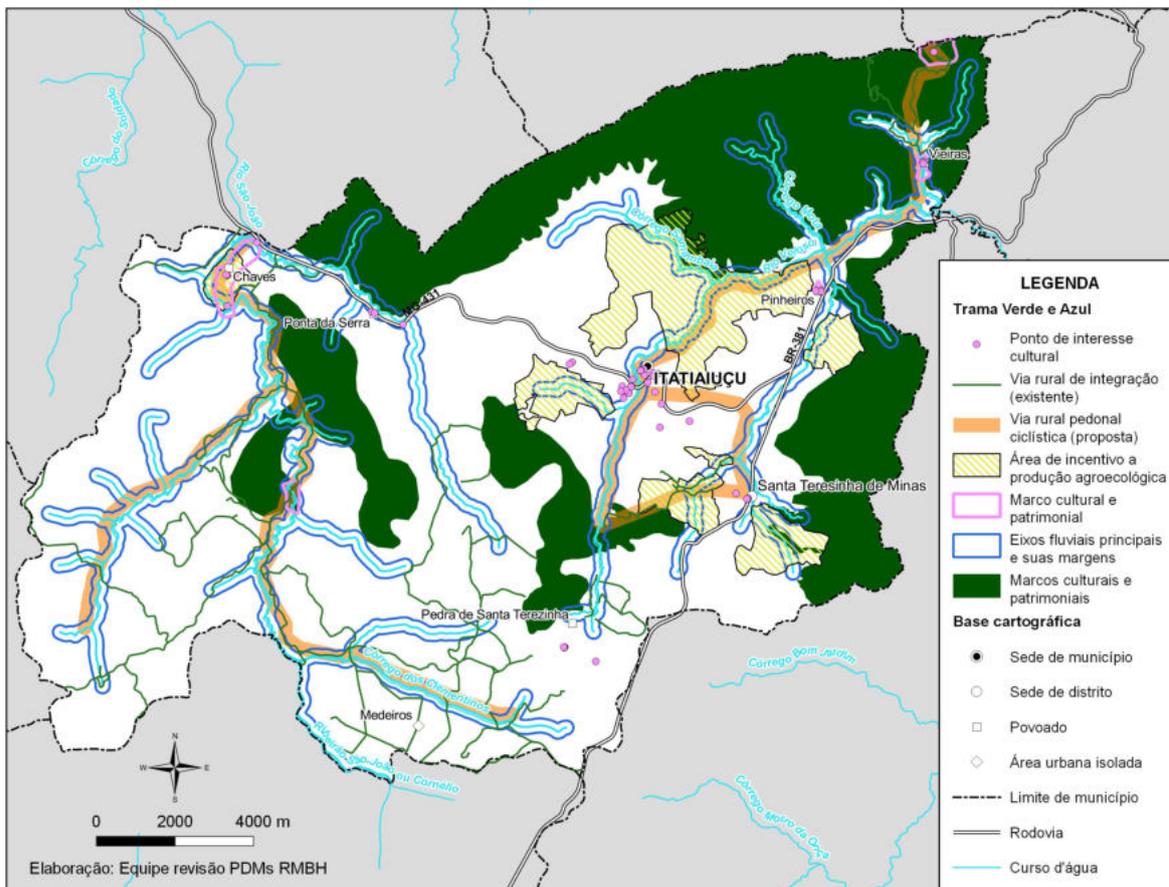
Tal proposta se articula em torno de cinco temáticas estruturantes que, por sua vez, são compostas por diferentes elementos, descritos na tabela abaixo e identificados no mapa síntese da proposta preliminar da Trama Verde-Azul para o município de Itatiaiçu, que são apresentados a seguir.

Tabela 3 - Elementos que compõem a Trama Verde-Azul

TEMÁTICA	ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES
Patrimônio cultural	Pontos de Interesse Cultural Marcos Culturais Patrimoniais	Elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído.	Regiões de interesse, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e ou arquitetônico, em que a proteção e a ampliação do acesso devem ser incentivadas.
Agriculturas	Áreas de Incentivo à produção agroecológica	Áreas de produção agrícola (existentes ou potenciais) inseridas ou próximas às ocupações urbanas (dentro ou fora do perímetro urbano proposto) e aquelas próximas aos cursos d'água.	Áreas importantes para a manutenção da seguridade alimentar, dos usos rurais e para a consolidação de práticas produtivas que contribuem para a qualidade ambiental. Devem ser incentivadas as práticas agroecológicas e em transição; o manejo do solo e da água em vistas à seguridade e qualidade ambiental; a produção de alimentos saudáveis e a eliminação do uso de agrotóxicos; e a manutenção dos usos rurais de baixo impacto.
Patrimônio ambiental e paisagístico	Marcos paisagísticos e ecológicos	Parques e zonas municipais de preservação ambiental, unidades de conservação e áreas definidas no Macrozoneamento como ZP-1 (Zona de Proteção-1)	Áreas de importância ambiental e paisagística reconhecida que devem ser protegidas, recuperadas e onde usos públicos, recreativos e de turismo ecológico devem ser incentivados.
Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica	Curso d'água Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica	Áreas de relevância para a preservação das águas, para a conexão ecológica e para a viabilização do usufruto e acesso universal aos rios.	Áreas de importância hídrica, ecológica e recreativa, que devem ser protegidas e recuperadas. Deve ser incentivada a implantação de sistemas agroflorestais, o acesso universal, a implantação de circuitos de mobilidade ativa, e as atividades recreativas e de turismo ecológico.
Rede de acessibilidade e mobilidade ativa	Via Rural de Preservação Via Rural Pedonal Ciclistica	Vias e trilhas de acesso à zona rural e aos cursos d'água, sem pavimentação ou pavimentação permeável, de velocidade reduzida, com estímulo ou exclusividade à mobilidade ativa.	Lógica de preservação ambiental do entorno. Vias que se relacionam com a lógica de preservação do entorno, viabilizando circuitos recreativos e turísticos, incentivando a mobilidade ativa.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 14 – Propostas Preliminares da Trama Verde Azul – Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.5 Proposta preliminar de zoneamento

A elaboração da proposta preliminar de zoneamento para o controle dos padrões de uso e ocupação do solo no município de Itatiaiuçu, apresentada a seguir, foi construída a partir das diretrizes e propostas oriundas: (i) das duas oficinas participativas realizadas no município, a Oficina de Leitura Comunitária e a Oficina de Diretrizes e propostas Preliminares; (ii) das contribuições levantadas ao longo das reuniões do Grupo de Acompanhamento; (iii) do mapeamento dos tipos de uso e ocupação do solo urbano (iv) da identificação de áreas de restrição à urbanização; (v) do mapeamento dos elementos que compõem a Trama Verde-Azul; e (vi) do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

Trata-se de uma proposta composta de zonas e sobrezoneamento cujas categorias foram definidas com o objetivo de simplificar a legislação urbanística do município, agilizando os processos burocráticos de aprovação de projetos e a compreensão da legislação urbanística pela população de forma geral. As categorias de zonas e sobrezonas adotadas teve como referência aquelas adotadas pelo MZ-RMBH que, em atendimento a diretriz específica do PDDI, pretende, de forma unificada, possibilitar também uma leitura integrada dos diversos zoneamentos municipais que integram o território metropolitano. Foram, no entanto, acrescentadas às categorias previstas pelo MZ-RMBH, outras que permitissem a adequação da proposta às especificidades da escala local.

A seguir, são apresentadas duas tabelas contendo as categorias adotadas acompanhadas de uma descrição com os objetivos a que se propõem e de exemplos que ilustram as respectivas intenções de uso e ocupação do solo, com destaque para aquelas acrescentadas à proposta do MZ-RMBH. Destaca-se que nem todas essas categorias foram necessariamente utilizadas na proposta preliminar de uso e ocupação do solo do município de Itatiaiuçu. Optou-se, contudo, por apresentá-las todas aqui de forma a permitir uma visão do conjunto de categorias que estão sendo utilizadas na revisão de outros Planos Diretores Municipais na RMBH.

Tabela 4 - Categorias de zoneamento

NOME	DESCRIÇÃO	INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ZP-1: Zona de Proteção 1	Zona de proteção ambiental máxima.	Unidades de Conservação, APA, APE, RPPN, Parques, marcos paisagísticos e ecológicos, etc.
ZP-2: Zona de Proteção 2	Zona rural ou urbana de ocupação dispersa e/ou baixa densidade orientada ao desenvolvimento da agroecologia, agricultura urbana agricultura familiar, turismo e lazer.	Fazendas, hotéis fazenda, chácaras, sítios etc.
ZP-3: Zona de Proteção 3	Zona especial de desenvolvimento urbano e preservação ambiental.	Projetos em áreas com atributos ambientais que conciliam adensamento com preservação: clubes; pousadas, equipamentos de uso coletivo, conjuntos residenciais e de uso misto.
ZAC-1: Zona de Atividades Complementares 1	Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade.	Condomínios residenciais unifamiliares e de baixa densidade.
ZAC-2A: Zona de Atividades Complementares 2A	Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade.	Uso residencial unifamiliar de baixa densidade, casa com barracão, sobrado de uso misto.
ZAC-2: Zona de Atividades Complementares 2	Zonas predominantemente residenciais de média densidade.	Uso residencial uni e multifamiliar, casa, casa com barracão, sobrado de uso misto, predinho econômico.
ZAC-3: Zona de Atividades Complementares 3	Zonas mistas de média ou alta densidade e complexidade compatível com o desenvolvimento de centralidades locais.	Conjunto comercial conjuntos residenciais, edifícios comerciais e de uso misto.
ZDA: Zona de Diversificação e Adensamento	Zonas centrais mistas de alta densidade e grande diversidade e complexidade de usos compatíveis com o desenvolvimento de centralidades regionais metropolitanas.	Edifícios residenciais, não residenciais e mistos verticalizados, galerias e centros comerciais, equipamento de uso coletivo (pólos regionais).
ZDEI: Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial	Zonas com localização e acessibilidade estratégicas para o desenvolvimento de atividades industriais e de logística.	Galpões, distritos industriais, centros de distribuição e logística.
ZEIS-1: Zona Especial de Interesse Social 1	Áreas que demandam regularização fundiária de assentamentos precários ou com infraestrutura urbana deficiente.	Vilas, favelas, loteamentos irregulares e assentamentos precários.
ZEIS-2: Zona Especial de Interesse Social 2	Áreas vazias ou subutilizadas que devam ser parceladas e ocupadas a partir de intervenções que promovam infraestrutura urbana e núcleos habitacionais.	Áreas vazias ou subutilizadas integradas ao tecido urbano, apropriadas ao parcelamento e ocupação, com boa acessibilidade e boas condições topográficas.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Tabela 5 - Categorias de sobrezoneamento

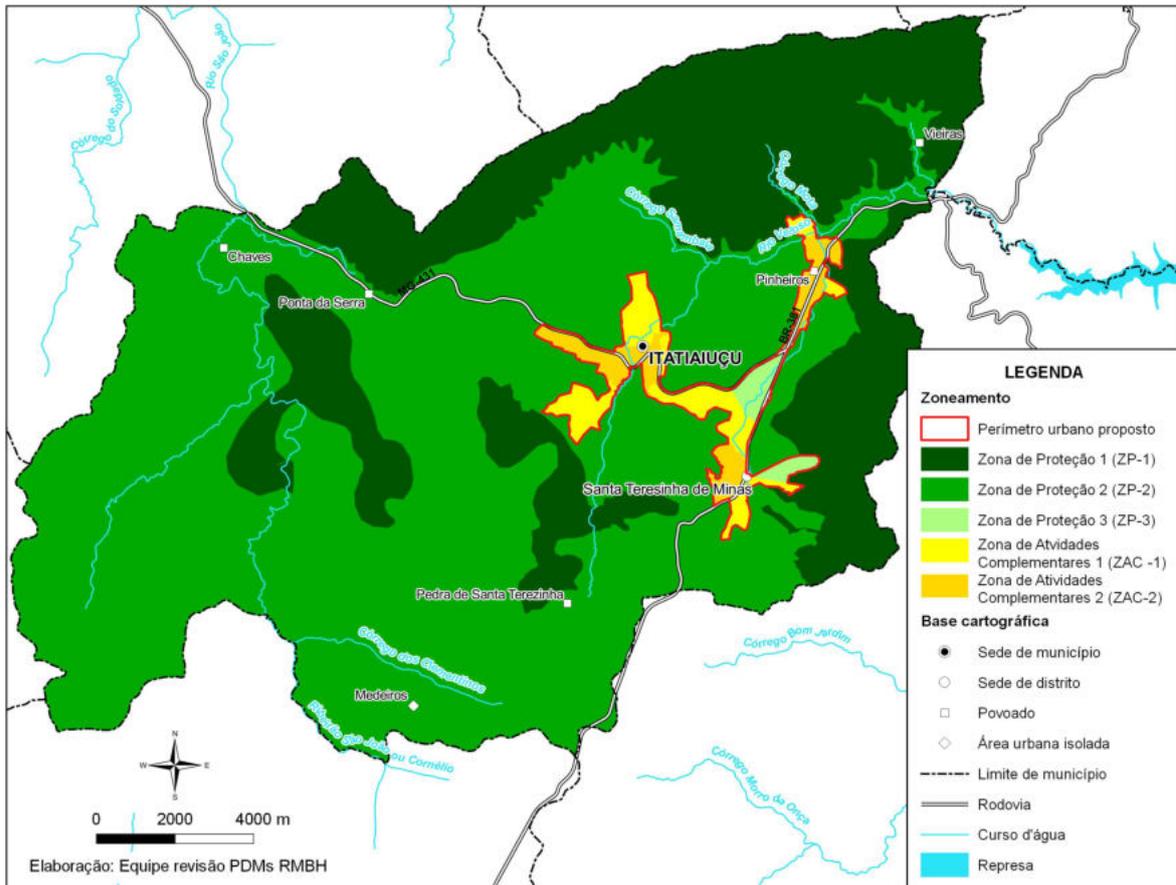
NOME	DESCRIÇÃO	INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ZDE-REQ: Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação	Áreas em que demandam complementação e/ou melhoria da infraestrutura e/ou requalificação urbanística e/ou regularização fundiária.	Áreas consolidadas com infraestrutura deficiente, áreas consolidadas irregulares, áreas centrais que demandam projetos de requalificação urbanística e ambiental.
ZDE-MIN: Zona de Diretrizes Especiais – Mineração	Territórios minerários a serem recuperados quando degradados e integrados à Trama Verde-Azul.	Territórios minerários em atividade ou não.
ZDE-GE: Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos	Áreas destinadas a grandes equipamentos de interesse coletivo existentes ou previstos.	Presídios, estação de tratamento de água e esgotos, terminal multimodal, subestação, etc.
ZDE-ZIL: Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística	Áreas onde há interesse estratégico em privilegiar a instalação de atividades industriais e de logística.	Complexos industriais, parques tecnológicos, zonas de atividades econômicas especializadas, distritos industriais não poluentes e outras atividades econômicas conviventes com o uso residencial.
ZDE-ROD: Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias	Áreas prioritárias para atividades econômicas, logística e tratamento ambiental ao longo de rodovias.	Trechos rodoviários em zona urbana com tratamento urbanístico diferenciado e exclusivamente destinado a usos não residenciais.
ZDE-PAC: Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural	Áreas para a proteção e ampliação do acesso aos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico.	Edificações, conjuntos arquitetônicos, sítios naturais, sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos, templos religiosos e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial.
ZDE-AMB: Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais	Áreas para recomposição florestal de áreas degradadas, contenção de materiais sedimentares, sistemas agroflorestais, e adequação de técnicas de manejo do solo.	Áreas de relevância hídrica e ecológica, considerando a conectividade de sistemas ambientais e a estruturação de práticas de menor impacto em áreas frágeis.
ZDE-AGR: Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia	Áreas com incentivos para produção agroecológica e em transição; manejo de uso do solo e da água; produção de alimentos saudáveis; manutenção dos usos rurais de baixo impacto.	Áreas importantes para a manutenção da segurança alimentar, dos usos rurais e de consolidação de práticas produtivas de menor impacto ambiental.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

A seguir, são apresentados dois mapas que sintetizam a proposta preliminar das categorias de uso e ocupação do solo para Itatiaiuçu: o primeiro traz o

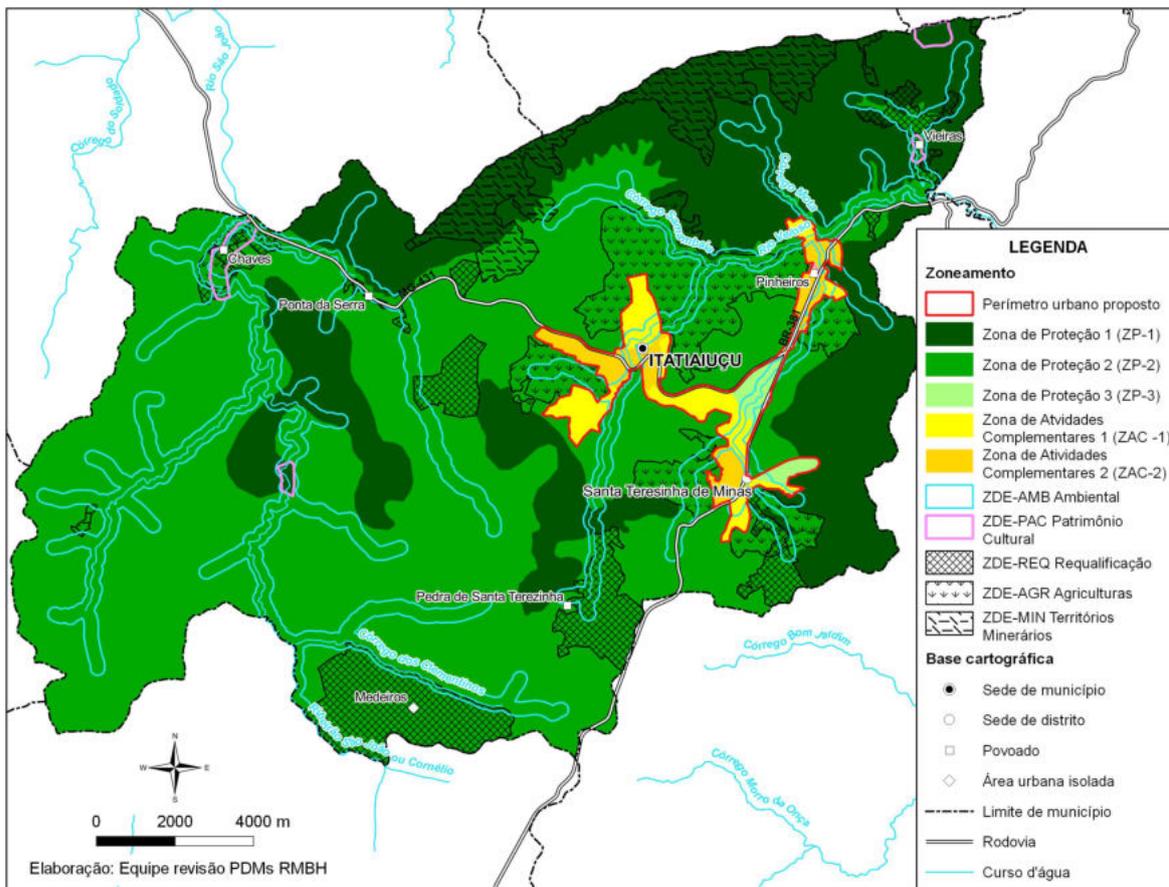
zoneamento e o segundo as zonas de diretrizes especiais que compõem o sobrezoneamento que incide sobre as primeiras.

Figura 15 - Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 16 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal



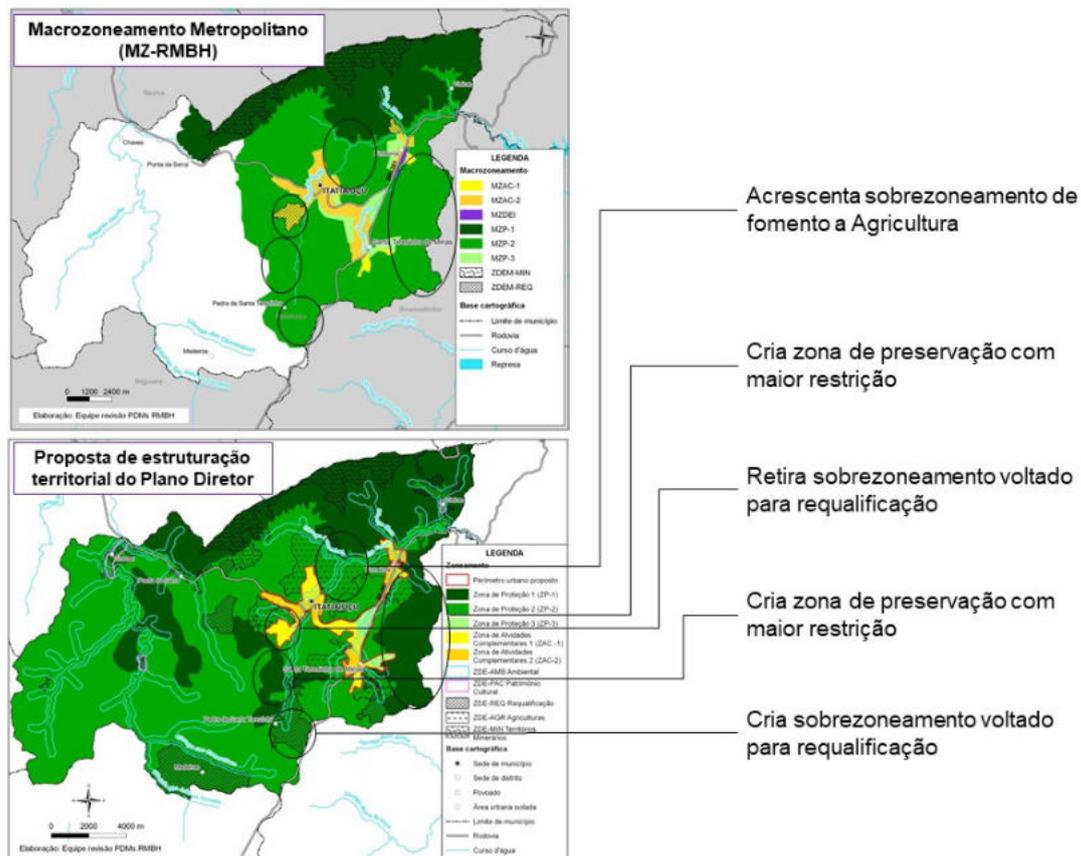
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.6 Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano

Dois critérios orientaram a compatibilização entre a proposta de estruturação territorial do município e o Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH). O primeiro, a opção de que as categorias de zoneamento e sobrezoneamento estabelecidas na proposta de estruturação territorial do município tomariam como referência a nomenclatura e faixas de parâmetros estabelecidos pelas macrozonas e as zonas de diretrizes especiais metropolitanas adotadas pelo MZ-RMBH. O objetivo é a melhor compatibilização, na escala metropolitana, entre as categorias, nomenclaturas e parâmetros urbanísticos adotados no plano diretor em revisão.

O segundo critério foi a compatibilização e especificação, em escala local, das manchas de zoneamento e avanços conceituais propostos pelo Macrozoneamento Metropolitano, especialmente nas áreas do município demarcadas como Zona de Interesse Metropolitano (ZIM). Ao mesmo tempo, conforme apontado na metodologia do trabalho (Produto 3), tal compatibilização entre as propostas metropolitanas e as propostas municipais buscou a efetiva implantação do Macrozoneamento sem prejuízo do interesse local e dos processos de participação e aprofundamento técnico realizados ao longo da revisão do Plano Diretor. Decorre dessa consideração necessários ajustes sobre a proposta do MZ-RMBH que, no caso de Itatiaiuçu, está representada na figura abaixo que permite identificar as principais diferenças entre a proposta do MZ-RMBH e a proposta de estruturação territorial do Município.

Figura 17 – Comparação com Macrozoneamento Metropolitano



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Dessa forma, a proposta de estrutura territorial proposta para o Município de Itatiaiuçu é compatível com o macrozoneamento metropolitano, promovendo cinco pequenos ajustes, a saber: (a) criação de sobrezoneamento de fomento a agriculturas a norte da sede; (b) proposição de uma zona de preservação com maior restrição à ocupação no limite leste do município; (c) eliminação do sobrezoneamento de requalificação em área urbanizada localizada ao sul da sede; (d) cria mancha de ZP-1 e (e) sobrezoneamento voltado para requalificação, ambos na porção centro-sul do município.

ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

(LOGOMARCA DA PREFEITURA)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE OFICINA DO DIAGNÓSTICO SÍNTESE, DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXX

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXX { *(e caso exista)*... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a **Audiência Pública: Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXXX**. O evento faz parte da elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo proposto no desenvolvimento metodológico da Revisão do Plano Diretor municipal e tem por objetivo apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar que subsidia o Diagnóstico Propositivo Participativo; e debater as diretrizes iniciais para as propostas de reestruturação territorial.

Data: xxx de XXXXXX 2017, XXXXX-feira

Local: XXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, número xxxx, bairro xxxxx

Horário: das XXXXXX 18h as XXXXXXX 21h30min (3 horas e meia de duração)

Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

Pauta: **(1)** Informação da evolução do Processo de Revisão do Plano Diretor do município. **(2)** Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar; **(3)** Realização de Oficina Participativa para a manifestação dos participantes, no intuito de definir as diretrizes das propostas de reestruturação territorial, conforme a proposta metodológica da Revisão do Plano Diretor.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Nome do Prefeito ou Prefeita

Prefeito ou Prefeita do Município de XXXXXXXXXXXXX

Nome do Representante (eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades

ANEXO II– LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA

Aos responsáveis pela organização da Audiência Pública: Oficina de Leitura Técnica

Alguns lembretes de providências necessárias para garantir a qualidade na organização e na logística da Oficina:

1. Credenciamento:

Mesa para o credenciamento

Duas pessoas para colaborar

Obs: equipe de mobilização (UFMG) está responsável pela lista de presença.

2. Trabalho em grupo (roda de conversa):

Dois espaços amplos apropriados para a dinâmica de grupo

Haverá três mapas que devem ser afixados em um suporte (parede, quadro, muro, etc..)

3. Lanche

A critério da prefeitura

4. Projetor (data-show)

Notebook

Local adequado para projeção (telão ou parede lisa e branca)

Observação: não será necessário cerimonial da prefeitura e/ou câmara municipal. A abertura ficará por conta do/a prefeito/a ou representante

ANEXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO

Convite

planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

A Prefeitura Municipal, a Agência de Desenvolvimento da RMBH e a Universidade Federal de Minas Gerais, convidam para a Audiência Pública: Oficina de Leitura Técnica do Processo de Revisão do Plano Diretor do Município de **Itatiaiuçu**.

Data: 12 de Setembro de 2017, terça-feira

Local: Centro Pastoral Pedro Paulo Chiaretti
Praça Antônio Quirino, nº 7, Centro

Horário: 18h:00min às 21h:30 min

Pauta: (1) Informação do Processo de Revisão do Plano Diretor do município;
(2) Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar pela equipe da UFMG;
(3) Oficina Participativa para a definição coletiva de Diretrizes para proposta de reestruturação territorial de uma Itatiaiuçu melhor de se viver.



Oficina de Diretrizes e Propostas para o Plano Diretor de Itatiaiuçu.
Venha fazer parte do planejamento de nosso município!

DATA: 12/09/17
Terça-feira

HORA: 18h00

LOCAL: Centro Pastoral Pedro Paulo Chiaretti - Praça Antônio Quirino da Silva, 7, Centro

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

Você sabia que a Constituição Federal define a obrigatoriedade do **Plano Diretor** e o Estatuto da Cidade o regulamenta como instrumento básico da política urbana para o pleno desenvolvimento das **funções sociais da cidade**?

Participe da construção e da aprovação do Plano Diretor de seu município!
<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo
Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais
PDDI-RMBH

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS



**REVISÃO
DO PLANO DIRETOR
DE ITATIAIUÇU**

AUDIÊNCIA PÚBLICA
OFICINA DO DIAGNÓSTICO SÍNTESE,
DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES

VENHA CONVERSAR SOBRE
AS **PROPOSTAS** PARA A
CIDADE

12 DE SETEMBRO
18 horas
Centro Pastoral Frei Pedro
Paulo Chiaretti
Praça Antônio Quirino da
Silva, nº 7 - Centro

**REVISÃO
DO PLANO
DIRETOR
DE ITATIAIUÇU**

AUDIÊNCIA PÚBLICA
OFICINA DO DIAGNÓSTICO
SÍNTESE, DIRETRIZES E PROPOSTAS
PRELIMINARES

12 DE SETEMBRO
18 horas
Centro Pastoral Frei Pedro
Paulo Chiaretti
Praça Antônio Quirino da
Silva, nº 7 - Centro

VENHA CONVERSAR SOBRE AS
PROPOSTAS PARA A CIDADE



ANEXO IV– PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

Programação

Plenária

1. Abertura | Credenciamento, Acolhida **30'**
Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta

2. Balizamento | Apresentação do Projeto e **1h**
Diagnóstico Síntese do município

Rodas de conversa **1h30'**
Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

Plenária **30'**

1. Relatos
2. Fechamento

ANEXO V – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU**

LISTA DE PRESENÇA
 Reunião da Revisão do Plano Diretor

Itatiaiuçu, 22 de junho de 2017.

NOME	MUNICÍPIO	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Vally Pereira Costa	Itatiaiuçu	Prefeitura	31 99494 8323	vally@itatiaiuçu.mg.gov.br
Lorena Campos Dias	Itatiaiuçu	Cultura	31 998101288	lorena@itatiaiuçu.mg.gov.br
Antônio Mendes Gomes	Belo Horizonte	UFMG	31 997898313	antoniomendes@gmail.com
Roberto Carlos Pereira	Itatiaiuçu	Sociedade Civil	31 38273 8722	roberto.carlos@itatiaiuçu.mg.gov.br
Maria do Carmo Moraes	Itatiaiuçu		05 997310112	
Suzila M. D. Reis	Itatiaiuçu		31 9983731138	suza@itatiaiuçu.mg.gov.br
Mariana Miler M.M.	Itatiaiuçu	Projetos	01993223809	mariana@itatiaiuçu.mg.gov.br
Adriana Carneiro	Itatiaiuçu	Comunidade	(11) 99801-4605	adriana.mcarneiro@itatiaiuçu.mg.gov.br

Lista de Presença - 22.06.2017

ANEXO VI – LISTA DE PRESENÇA – OFICINA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



plano Diretor Municipal
Revisão de Planos Diretores Municipais



Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de ITATIAIUCU
Data 12 / 09 /2017
Horário: 18:00
Local: Centro Pastoral Pedro Paulo Chiaretti

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Námic Augusta P. Silva	CEC - C. S. Med. Dias Louva			
02	Luciene Pena Guimaraes	E. E.			
03	Lorraine Selen F. S. Ribeiro	EE.			
04	Marcelle Fernanda M. Barbosa	E. E.			
05	Lyraguil Rodrigues	EEMDC			
06	Amanda Zonithi	EE MDC			
07	Patrícia de Oliveira da Silva	E. E. M. R.			
08	Isidoro Gonçalves da Silva	E. E. M. D. C.			

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
 Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
Planos
de
Diretores
Municipais

RMBH



MINAS
GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	Tânia Maria de S. Guimarães Pedreira		31 9 9106124	Tania.guimaraes.pro@gmail.com Tania.guimaraes.pro@gmail.com	Tania Guimaraes
10	Katia Helena Faustino	EE. MDC			Katia Helene Faustino
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					

MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.690-901

Página 2 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
Planos
de Diretores
Municipais
RMBH



Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de ITATIÁIUCU
Data 12 / 09 / 2017 Horário: 18:00
Local: Centro Pastoral Pedro Paulo Charetti

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Wagner José de Almeida	Câmara Municipal	31996091103	hansuel23@gmail.com	
02	Kelly Cristina de Oliveira	Secretaria de Educação	31994925509	kellycra@gmail.com	
03	Priscila de Oliveira Simão	Idade	31998423999		
04	Genaldo S. de Oliveira	Cidade	3579-1700		
05	Arivaldo Bigão Reis	Cidade	31997689221	amaisustenta@outlook.com	
06	Miguel Salvador	Cidade	3197185017		
07	Luiz Fernando Guimarães	Cidade	3199178425	luizguimaraes.casim@gmail.com	
08	Adryenay de Almeida	Cidade	93.92		

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte - MG / CEP 31.630-901

Página 1 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	KARLA SUELIHA ORECHIA SILVA	ESCOLA E. MANOEL DA S. ROSA			Karla Juliana P. Lima
10	LUZIANA RODRIGUES SILVA	"			Suzanna R. Nda Silva
11	VIVIANE GOMES DA SILVA	"			Vanora Gomes
12	ALINE LIZARA DA SILVA	"			Denise D. Silva
13	SÂNIA APARECIDA DE O. PIRES	"			Aplicação
14	MARCIELE APARECIDA SANTOS	"			Christiane S. P.
15	ELZA MARIE DA SILVA	"			Simone
16	BARBARA CRISTINA GUIMARÃES NETTAS	"			Roberta L. G. Freitas
17	LAVÍNIA FERREIRA DE OLIVEIRA	"			Keiviana Da Oliveira
18	LARIJELE LINDUANI DA SILVA	"			Denise S. A. P.
19	DENISE SOUZA DA SILVA	"			Denise S. A. P.

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Predio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 2 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
de Planos
de Diretores
Municipais



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
20	VIVIANE TAÍS DE CARVALHO E. F. MANOEL DA SILVA				
21	MARIE ALVES SAUNDOS DOS SANTOS				
22	TESSICA SILVA REIS				
23	DIMAS CAETANO DOS SANTOS				
24	ESTEGANIE CUSTÓDIA DELIMA	Vereadora			
25					
26					
27					
28					
29					
30					

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 3 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de ITATIAIUCU
Data 12 / 09 / 2017 **Horário:** 18:00
Local: Centro Pastoral Pedro Paulo Chiarotti

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Marcus Paulo Paesquivi Gomes				
02	Anderson Moraes de Mascarenhas				
03	Marcos Vinícius Sales Souza da Silva				
04	Ashley Monalisa Ferreira S				
05	Geovane V de Almeida S.				
06	Sônia Benedita dos Santos				
07	Yara Fernanda Henschke				
08	Luiz Henrique Rodrigues Silva				

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
 Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 1 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
de Planos
de Diretores
de Municípios
RMBH



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	Renato do S. Silva				
10	W. V. de M.				
11	Marcos Vinícius				
12	Henrique Junior V.				
13	Raoni de Oliveira S.				
14	Roger T. Mendonça				
15	Renato do S. Silva				
16	André da Costa				
17	Eliseu Proença				
18	Renato do S. Silva				
19	Renato do S. Silva				

MODELO AMMBH - Lista Presença

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.650-901

Página 2 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
20	Edson Gomes Brito				
21	Marlene de Oliveira Ribeiro				
22	Suzene Lemos Oliveira				
23	Amanda Karen D. S. Iva.				
24	Maria Aparecida Mochalot				
25	Evandro de Souza Vieira				
26	Edson de Macena				
27	Michelle Spiller				
28	Maurício Duarte				
29	Penelope Rodrigues				
30	Jonas Roberto Silva Pin				

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 3 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
de Planos
de Diretores
de Municipais

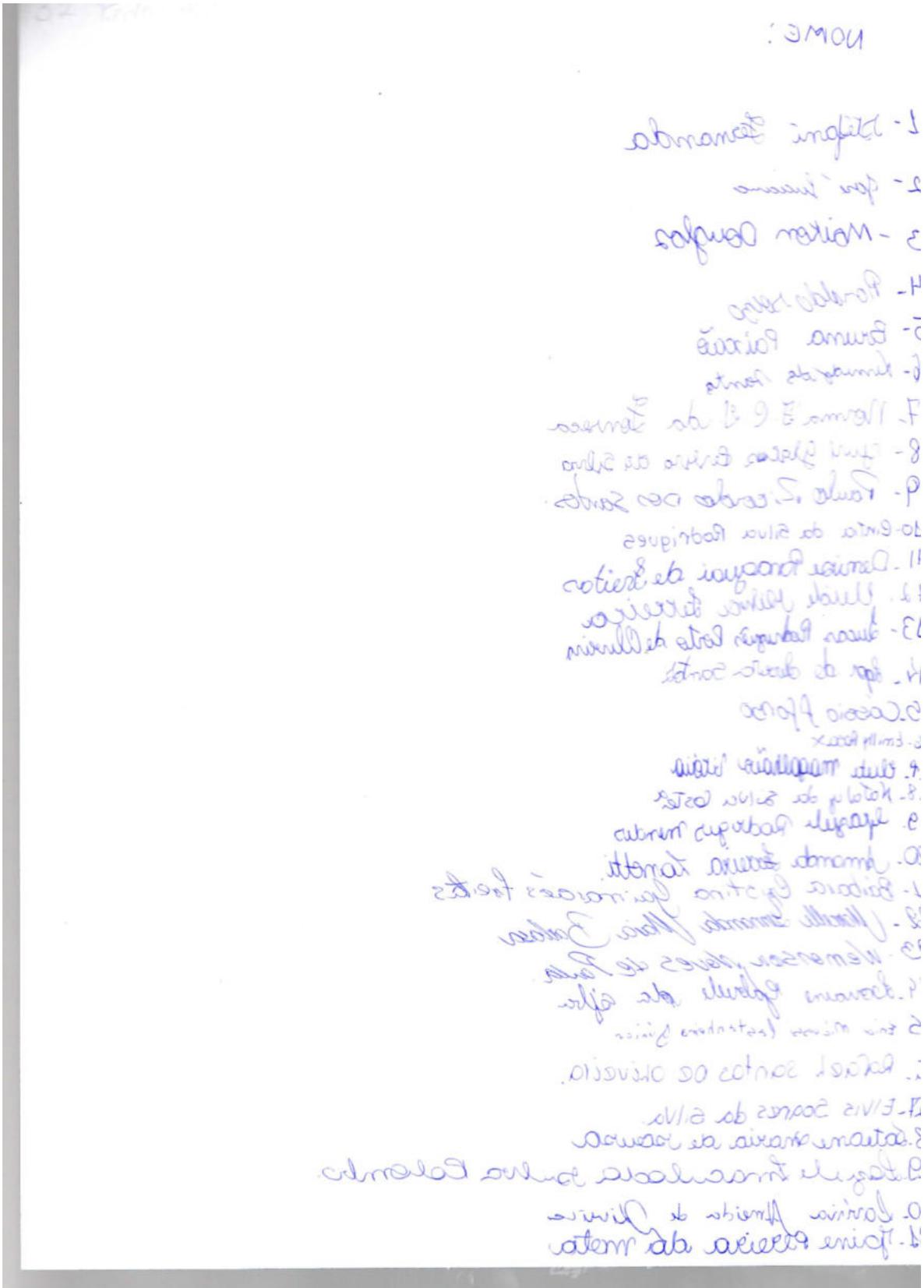


	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
31	Richard Paves de Siles				
32	Romulo Magalhães Moraes				
33	Espirito Santo de Almeida				
34	Thayana Pereira Santos				
35	Socorro da Paesina dos Santos				
36	Isabela Sacramento de Jesus				
37	Francisca Maria de Jesus				
38	Dora Stark				
39	Marcos Vinícius Ribeiro				
40	Angela Bando de Souza				

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 4 de 4





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



plano metropolitanano
de Planos
de Diretores
Municipais
RMBH



Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de ITATIÁIUCU
Data 12 / 09 / 2017 Horário: 18:00
Local: Centro Pastoral Pedro Paulo Charetti

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Mariana Midori Miyamoto Martins	Executivo	998323898	siema@itataiucu.mg.gov.br	
02	Gisele Marinho Martins	Executivo	998154140	rfundaria@itataiucu.mg.gov.br	
03	Henrique de Aguiar	Executivo	999443455	engenharja@itataiucu.mg.gov.br	
04	Magnus Guimarães	Executivo	3572-1244	pgm@itataiucu.mg.gov.br	
05	Rosiane Aparecida da Cunha	Legislativo	99304-0209	rosycunha2000@yahoo.com.br	
06	Adriana Maria Camargos	Legislativo	99801-1603	adrianamcamargos@hotmail.com	
07	Lucimar de Medeiros	Sociedade Civil	997310112		
08	Heberte C. Menezes	Sociedade Civil	998739722	hebertcartos@yahoo.com.br	

MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc ITATIÁIUCU.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.690-901

Página 1 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



plano Diretor Municipal
Revisão de Diretores Municipais
RMBH



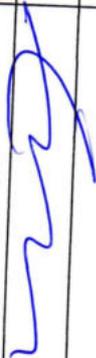
Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	Sheila M. D. Reis	Sociedade Civil	983731138	reissheila772@gmail.com	
10	Kelly Prado	Sociedade Civil	997948303	sempipi@tataiucv.gov.br	
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura

MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc/TATAIUCV.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 2 de 4

Reuniao PDs
Data:02/05/2017
Horario: 9h
Local Auditorio - /Facu/UFMG

Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de ITATIAUCU 12/09/2017 - Equipe UFMG			
Nome	Afiliação Institucional	e-mail	Assinatura
1 André Veloso	UFMG	andreveloso@gmail.com	
2 Bruno Fernandes Lima	PUC Minas	brunofnpl@gmail.com	
3 Clarice Libânio	UFMG		
4 Daniel Medeiros de Freitas	EA/UFMG	danielmedeirosdefreitas@gmail.com	
5 Daniela Adil	IGC/UFMG	daniadil_auc@gmail.com	
6 Eduardo M. Memória	EAU/UFMG	eduardommemoria@gmail.com	
7 Geraldo Costa	IGC/UFMG	gemcosta1@gmail.com	
8 Hidelano Delanusse Theodoro		hidelano@yahoo.com	
9 Heloisa Schmidt Andrade	Parangolê	helo.and@uol.com.br	
10 Heloisa Soares Moura Costa	IGC/UFMG	heloissamcosta@gmail.com	
11 João Bosco Moura Tomucci Filho	IGC/UFMG	jomtomucci@gmail.com	
12 Laís Grossi		grossideoliveira.lais@gmail.com	
13 Leandro de Aguiar e Souza	Izabela hendrix	leandrodaguiar@yahoo.com.br	

Reuniao PDS
 Data: 02/09/2017
 Horário: 8h
 Local: Auditório - F/face/UFMG

	Nome	Filiação Institucional	e-mail	Assinatura
14	Leopoldo Curi	EA/UFMG	leopoldocuri@gmail.com	
15	Luciana Bizzotto	UFMG	bizzotto.lu@gmail.com	
16	Luiz Felipe B. Almeida	NP/GAU/UFMG	luizfelipe_almeida@gmail.com	
17	Marcos Brito	UFMG	marcos_britocastro@gmail.com	
18	Marcos Gustavo Pires de Melo	UFMG	marcosgustavo@gmail.com	
19	Mariana Moura	EA/UFMG	marinmoura.arq@gmail.com	
20	Matheus Romualdo		matheusr@gmail.com	
22	Nilo Nascimento	EA/UFMG	niloon@ctr.ufmg.br	
24	Roberto Luis Monte-Mór	Codeplar/Face/UFMG	monte-mor@codeplar.ufmg.br	
25	Rodolfo Alexandre Cascão Inácio	Parangolê	ocasciao@gmail.com	
26	Rodrigo Lemos	ICC/UFMG	rslcmosh@gmail.com	
27	Tiago Guerra		tguerra@gmail.com	
28	Thais Nassif	EA/UFMG	thaisnassif@gmail.com	
29	Thiago Flores	LUMES	thiagoflores@gmail.com	
30	Thais Rubioli	LUMES	thaisrublioli@gmail.com	

Reuniao PDS
 Data: 02/05/2017
 Horário: 9h
 Local: Auditório - /Face/UFMG

31	Ciníya Ornelas	LUNES	cinyaornelas@gmail.com	
32	Ana Carolina Annoni	LUNES	anacarolinanag@gmail.com	
33	Pedro Heliodoro	LUNES	ph-heliodoro@hotmail.com	
34	Mariana Torncelli	LUNES/Mobs	marianatorncelli@gmail.com	
	Victor Gabriel de Souza Lima			
	Tais Freire de Andrade Clark	UFMG	talclark@gmail.com	
	Alice Rennó	EA/UFMG	alicerennó@gmail.com	Alice Rennó
	Jessica Barbosa Amorim			
	Paulo Henrique da Costa			
	Ana Cecilia de Souza			
	Wladimir Felipe Drummond Pereira			
	Alisson Henrique Couto			
	Ana Flávia Porto Maia			

Reuniao PDs
Data:02/05/2017
Horario: 9h
Local Auditorio - /Face/UFMG

Equipe ARMBH				
Nome	Filiacao Institucional	e-mail	Assinatura	
Matheus Almeida Nunes	ARMBH			
29				
Sabrina Rocha	ARMBH	sabrina.rocha@agenciarnbh.mg.gov.br		
30				
Camilla Krauer	ARMBH	camilla.krauer@agenciarnbh.mg.gov.br		
Julia Labome	ARMBH	julia.labome@agenciarnbh.mg.gov.br		
Fabiano Ribeiro	ARMBH	fabiano.ribeiro@agenciarnbh.mg.gov.br		
David C. Gomes	ARMBH	gomes.dg@agenciarnbh.mg.gov.br		

ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS



ANEXO VIII – APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES



Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares

Centro Pastoral Pedro Paulo Chiaretti - Itatiaiuçu, 12 de setembro de 2017



Programação

Plenária

1. Abertura | Credenciamento, Acolhida **30'**

Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta

2. Balizamento | Apresentação do Projeto e **1h**

Diagnóstico Síntese do município

Rodas de conversa **1h30'**

Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

Plenária **30'**

1. Relatos

2. Fechamento

Cronograma Geral do Projeto



Cronograma Geral do Projeto

DATA	ATIVIDADE
09 de nov. de 2016	Lançamento do Processo de Revisão do Plano Diretor
13 e 14 de dez. 2016	Capacitação do GA
30 de março de 2017	Lançamento do Espaço Plano Diretor
15 de maio de 2017	Oficina 1: Leitura Comunitária
16 de agosto de 2017	Reunião de trabalho com os GA's
12 de setembro de 2017	Oficina 2: Diagnóstico síntese e Propostas de Diretrizes

O Diagnóstico: Eixos Temáticos Integradores



Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



Produção de riqueza centrada na atividade de extração mineral: promove expressivo aumento do PIB local tanto em termos industriais como dos serviços complementares



Produção de riqueza centrada na atividade de extração mineral: não incorporação da mão de obra local; falta de diversificação econômica (situação de "dependência"), comprometimento da recarga de nascentes na sub bacia do córrego do Veloso



Pequena parcela do território coberta por atividades agrícolas (2%) combinada com queda no número de estabelecimentos voltados para a atividade e da participação do setor na composição do PIB (1,5% em 2014 x 7,5% em 2004)



Comércios e serviços básicos existentes em praticamente todo o território local, mas concentração exacerbada de estabelecimentos mais complexos, sobretudo bancos, na sede do município

Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



Poucas Unidades de Conservação – UC's demarcadas, localizadas sobretudo ao redor da sede urbana



Provisão de infraestrutura urbana relativamente boa, enfrentando fortes gargalos na questão do saneamento básico em distintas regiões do município



Pressão sobre recursos hídricos – disponibilidade de água – tanto na sede quanto em Santa Teresinha em ampla área do município (47%) coberta por pastagens



As áreas inseridas na porção norte do município apresentam maior fragilidade geológica, com o solo pouco ou muito pouco desenvolvido. A porção central próxima à sede do município, apresenta relevo menos acidentado, de solo mais profundo e com maior estabilidade, quando em áreas com menor declividade

Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



O município não possui tratamento de esgotamento sanitário (sem ETE) e são recorrentes os episódios de falta de água em vários bairros, para além da falta de saneamento na área urbana



Há produção agropecuária convencional em destaque nas regiões de Santa Terezinha, Pinheiros, Baú, Curtume e Vieiras, de modo que há desejo por mais feiras locais para garantir o acesso interno



A produção agropecuária local tem decaído, pois a expansão imobiliária liderada pelas mineradoras vem extinguindo as propriedades rurais produtivas



Potencial turístico a ser aproveitado na região da Pedra Grande e nas cachoeiras do Chaves, Piabas e Retiro

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Acesso à moradia: problemas pontuais de infraestrutura urbana, pequeno déficit habitacional e poucos domicílios precários



Ociosidade de imóveis alta. Fragmentação do território e irregularidade fundiária em áreas rurais. Novos loteamentos?



Recentes melhorias no acesso à saúde e educação, presentes em quase todas as localidades



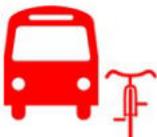
Atendimento de telecomunicações



Boa cobertura do transporte público municipal. Com acesso facilitado entre as localidades rurais e a sede



Isolamento do município em relação à RMBH (menos de 5% das viagens), maior ligação com Itaúna



Altas taxas de mortalidade no trânsito indica necessidade de intervenção nas rodovias

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



O patrimônio imaterial é significativo, distribuindo-se em celebrações, ofícios e saberes nos bairros da Sede, no Distrito de Santa Terezinha, Pinheiros e demais povoados



Inventário dos bens culturais em constante atualização. Com a presença significativa de bens tombados



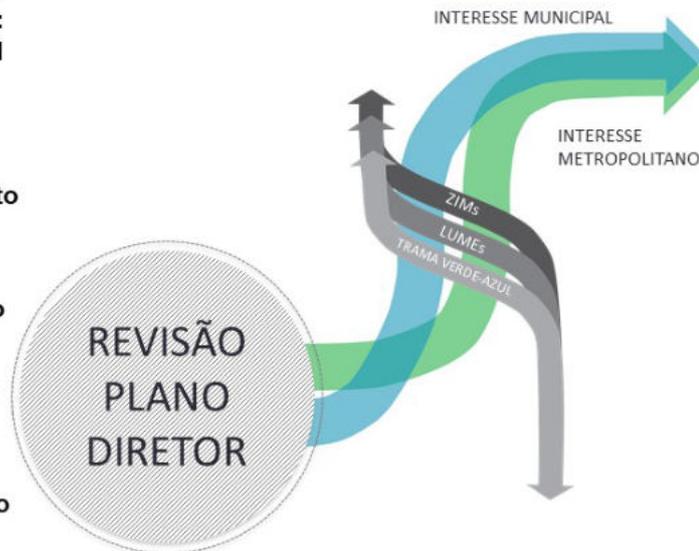
Poucas atividades culturais estimuladas. A deficiência de festas e programas culturais. O centro cultural utilizado para finalidade administrativa



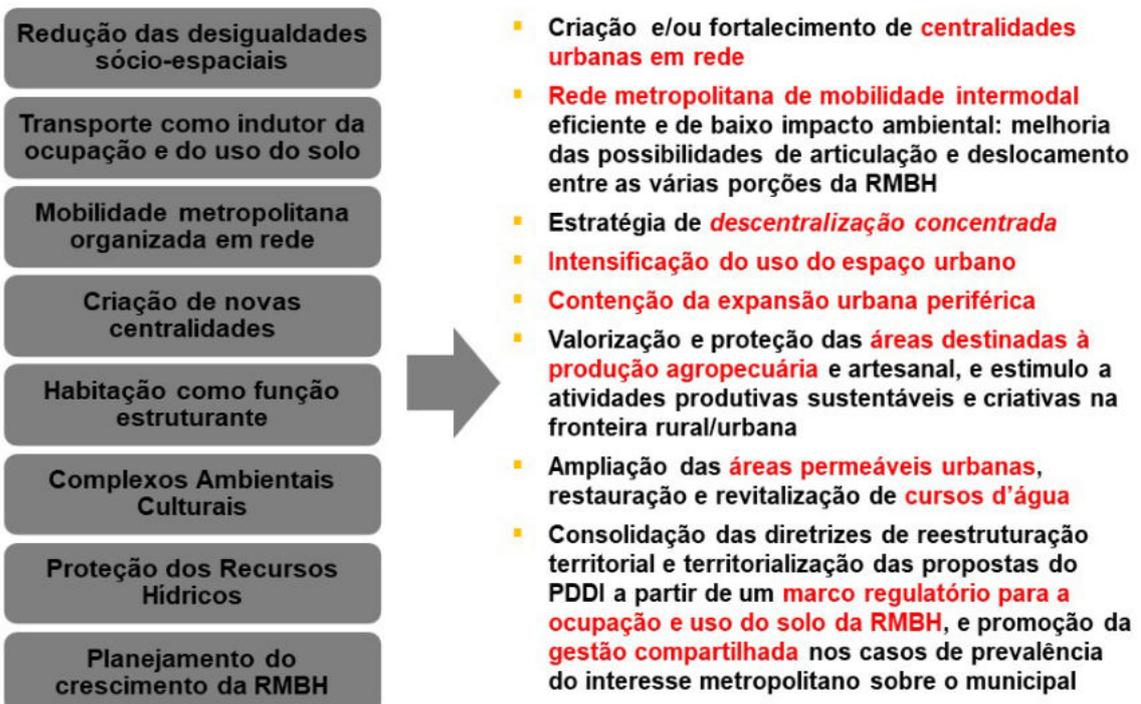
Presença de praças com equipamentos de lazer em quase todas as localidades do município (urbanas ou rurais)

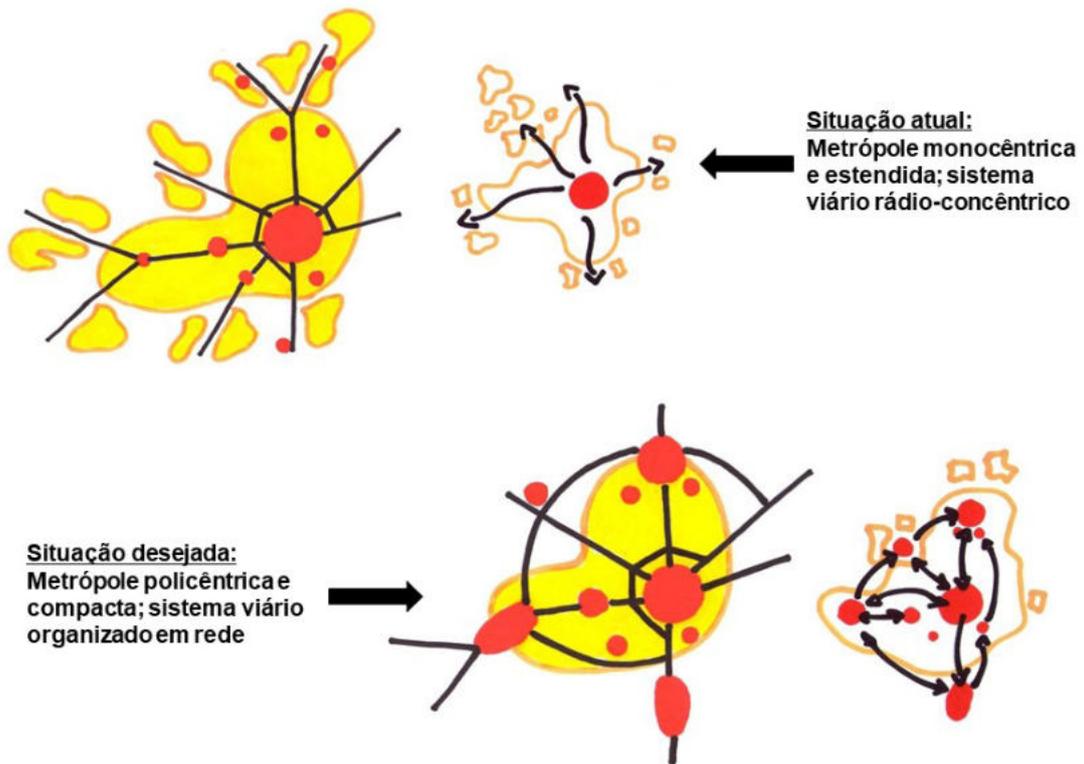
Diretrizes da Revisão do Plano Diretor

1. Desenvolvimento do projeto de forma democrática e participativa: valorização do aprendizado social como complemento ao saber técnico;
2. Compatibilização, desenvolvimento e desdobramento local do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano;
3. Município enquanto parceiro no desenvolvimento das propostas;
4. Ideal de planejamento e gestão compartilhada do território metropolitano;
5. Amplo processo de participação social;
6. Construção de um sentimento de cidadania metropolitana.



PDDI: Macro-Diretrizes de Reorganização Territorial e Propostas de Reestruturação Territorial





Físico-Ambiental



Sociocultural



Dimensões da Trama Verde-Azul

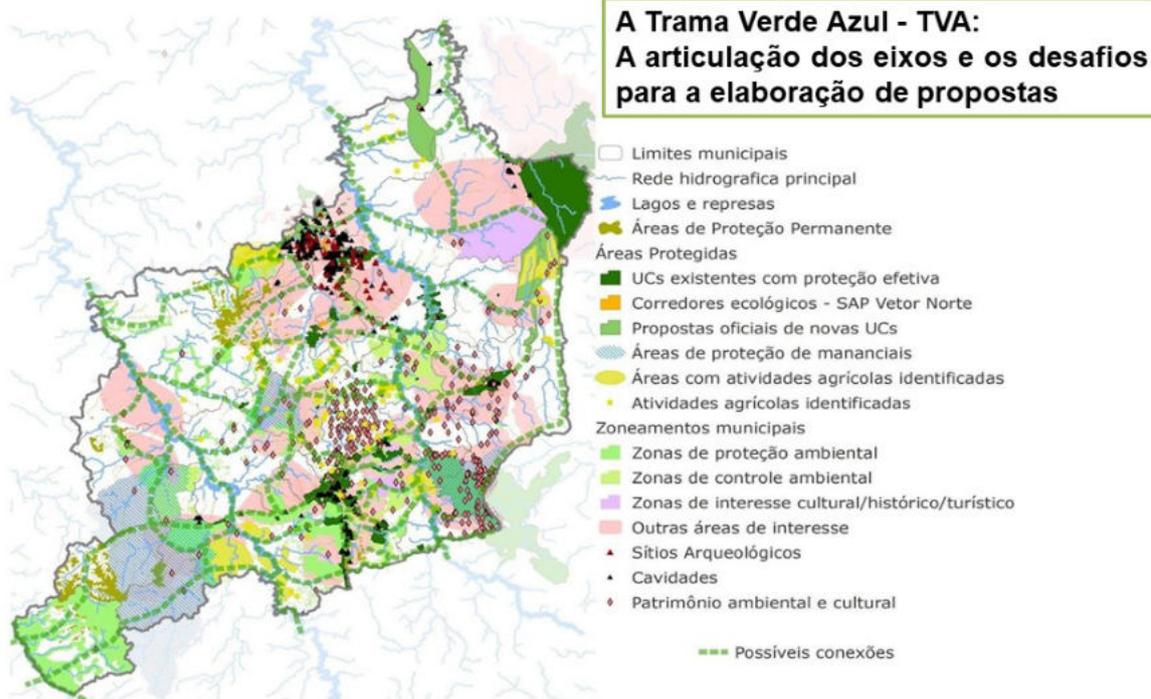


Segurança Sócio-Ambiental

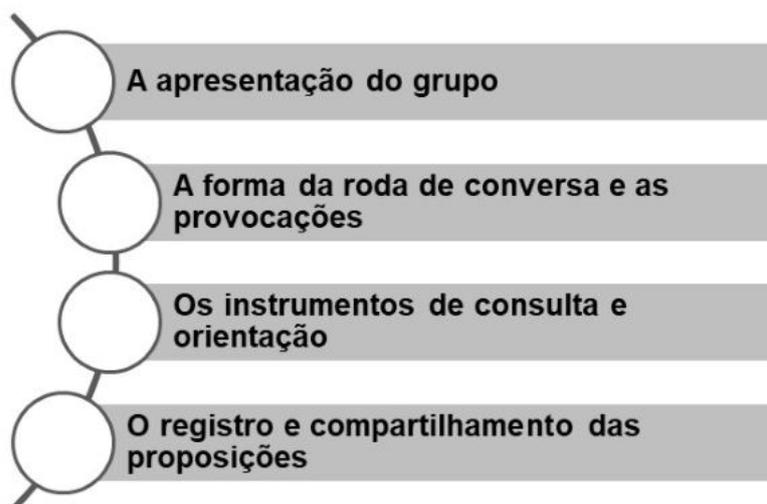


Mobilidade

Do diagnóstico às propostas: a TVA



Dinâmica da oficina



Questões para debate (Grupo 1)

1. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento planejado e coibir o crescimento informal? Como podemos melhorar a urbanização do município?
2. Como ampliar a integração do município com a RMBH, com os municípios vizinhos, e entre sede, distritos e zona rural?
3. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local para além da mineração? É possível pensar em áreas do município voltadas para o desenvolvimento econômico?
4. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural do município? Como fortalecer a produção local associada a natureza, turismo, patrimônio e cultura?
5. Que políticas de preservação ambiental e de proteção da água são importantes para o município? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?

Questões para debate (Grupo 2)

1. Que políticas de preservação ambiental e de proteção da água são importantes para o município? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?
2. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural do município? Como fortalecer a produção local associada a natureza, turismo, patrimônio e cultura?
3. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local para além da mineração? É possível pensar em áreas do município voltadas para o desenvolvimento econômico?
4. Como ampliar a integração do município com a RMBH, com os municípios vizinhos, e entre sede, distritos e zona rural?
5. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento planejado e coibir o crescimento informal? Como podemos melhorar a urbanização do município?

Espaço Digital Plano Diretor de Itatiaiuçu



www.rmbh.org.br/plano/itatiaiuçu

Obrigado!

Para mais informações, entre em contato conosco:

(31) 3234-0301

mobs@rmbh.org.br

geop@rmbh.org.br

sabrina.rocha@agenciarmbh.mg.gov.br

julia.laborne@agenciarmbh.mg.gov.br

www.rmbh.org.br/plano/itatiaiuçu

<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/revisao-dos-planos-diretores/>

<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo
Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais
PDDI-RMBH

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH